



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Campus I – Rodovia BR 285, Km 292

Bairro São José – Passo Fundo, RS

CEP: 99.052-900

E-mail: ppgletras@upf.br

Web: www.ppgl.upf.br

Fone: (54) 3316-8341

BIANCA MACHADO QUINTINO DAMACENA

TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ABORDAGEM ARGUMENTATIVA

PASSO FUNDO

2015

BIANCA MACHADO QUINTINO DAMACENA

TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ABORDAGEM ARGUMENTATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Professora. Dr. Telisa Furlanetto Graeff.

PASSO FUNDO

2015

Dedico este trabalho à Gilva Machado, minha mãe, que desde sempre me ensinou que com muita força e comprometimento conseguimos alcançar sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, Gilva, à minha irmã, Bruna, e ao meu pai, Airton, pois, mesmo à distância, se mantiveram presentes nos momentos em que fraquejei e pensei em desistir, foram e são pacientes comigo, vibram sempre com minhas vitórias, e têm palavras doces para me consolar quando não alcanço objetivos. São minha família, meu pilar, meu tudo.

Agradeço também à Professora Dr. Telisa, minha orientadora. Foram meses de muito trabalho em que aprendi bastante. Obrigada pela paciência, pelo cuidado e também pelo comprometimento.

À amiga Neuzer, pelas dicas sempre muito pertinentes, pelas risadas muito bem-vindas em momentos de tensão e pela linda amizade que cultivamos nesses dois anos de mestrado e que espero poder levar pela vida toda.

Aos amigos Thainá, Luany, David, Andy Cason, Andy Heinsfeld, Maurício, Felipe e Glauco por pacientemente lerem e opinarem sobre as traduções e versões dos enunciados humorísticos, além de contribuírem mandando piadas como sugestão. A ajuda de vocês, por mínima que talvez pudesse ter sido, possibilitou-me ver com clareza e buscar melhores resultados.

À Raquel, não apenas pela ajuda na formatação deste trabalho, mas também por ser uma grande amiga, dona das palavras mais reconfortantes nos momentos exatos.

Aos demais amigos, gaúchos, brasilienses e a mineira mais querida, Polly, pelo carinho, atenção, pela torcida e paciência. Sou muito grata por ter vocês por perto sempre.

Aos colegas do mestrado, agradeço pelos dias partilhados com vocês: dividimos conhecimento, alegrias e também tensões com entrega de artigos, resultados e notas e agora, no fim, a defesa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, agradeço por terem compartilhado conosco o conhecimento de vocês.

À FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), agradeço pela bolsa de estudo fornecida, sem a qual eu não teria condições de cursar o mestrado.

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir-se uma parte
na outra parte
- que é uma questão
de vida ou morte -
será arte?

(Trecho de Traduzir-se, Ferreira Goullart)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo estabelecer um diálogo entre a teoria da Argumentação na Língua/Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida, atualmente, por Ducrot e Carel, e teorias da tradução, em busca de uma possível estratégia para driblar situações problemáticas quando da tradução de textos humorísticos que contenham relações de polissemia ou homonímia. O *corpus* dessa pesquisa é, então, formado por cinco enunciados humorísticos, sendo três deles em inglês e dois em português, havendo em todos eles dificuldades de tradução. Traduzir é uma atividade que requer profundo conhecimento de ambas as línguas envolvidas e também dos aspectos culturais que as rodeiam. Embora essa atividade seja bastante antiga, apenas recentemente se passou a estudá-la como um fenômeno científico. Muitas são as teorias que envolvem o ofício do tradutor, seja na questão da invisibilidade, seja na questão da literalidade. E muitas defendem que para uma tradução ser considerada adequada, o tradutor tem que aparecer o mínimo o possível. No entanto, tal pensamento desconsidera que o tradutor antes de tudo é um leitor, que tem reações e interpretações diversas. Além do papel do tradutor para com seu ofício, outros dois questionamentos são feitos hoje em dia nos estudos tradutológicos: com relação à noção de equivalência e de funcionalidade. A equivalência em tradução tem sido debatida em vários meios e, uma de suas vertentes, mais especificamente a proposta por Eugene Nida, preconiza que uma boa tradução é aquela que transfere o sentido do Texto Fonte para o Texto Alvo. Já a funcionalidade surge com teóricos da abordagem funcionalista e coloca que uma boa tradução é aquela que reproduz a mesma função que o Texto Fonte tem. Não se trata aqui de defender qual abordagem é a mais correta, mas sim de tentar encaixar os pontos positivos de cada uma delas à ADL/TBS a fim de encontrar estratégias que possam auxiliar o tradutor em seu ofício. A teoria da Argumentação na Língua/Teoria dos Blocos Semânticos foi escolhida por tratar do sentido dos enunciados, que é evocado a partir da conformação de encadeamentos argumentativos. Pretende-se, dessa forma, chegar a traduções de enunciados humorísticos por meio da análise argumentativa de seus respectivos Textos Fontes.

Palavras-chave: Equivalência. Estudos da Tradução. Homonímia. Blocos Semânticos

ABSTRACT

This dissertation aims at establishing a dialogue between the theory Argumentation in Language/Theory of Semantic Blocks, developed, nowadays, by Ducrot and Carel, and translation theories, seeking for a possible strategy for solving difficult situations when translating humoristic texts that have polissemic or homonymy relationships. The *corpus* in this research is, thus, formed by five humorous enunciates, being three of them in English and two in Portuguese. All of them present difficulties for the translator. Translating is an activity that demands deep knowledge of both languages involved in the process and also cultural aspects. Although this activity is ancient, it was only recently that it became an object of scientific study. There are many theories that comprehend the translator's work, the notion of invisibility or literality. Many of them defend that a translation will only be considered a good one if the translator appears as little as possible. Nevertheless, such though does not consider that the translator is a reader who has various reactions and interpretations. Besides the role of the translator, there are two other issues in translation studies: regarding equivalence and functionality. Equivalence in translation has been being debated in many environments and, one of its defenders, Eugene Nida, states that a good translation is the one which transfers the Source Text's sense to the Target Text's. As for functionality, scholars from the Functional Approach defend that a good translation is the one which transfers the same function as the original. In this paper, we do not aim to choose the most correct approach, but trying to match positive aspects of each one with ADL/TSB in order to find strategies that might help translators. The theory of Argumentation in Language/Theory of Semantic Blocks has been chosen due to its focus in the sense of enunciates, which is evoked through argumentative chains. Thus, it is the aim of this paper to successfully translate humorous enunciates through argumentative analysis of their respective Source Texts.

Keywords: Equivalence. Translation Studies. Homonymy. Semantic Blocks.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADL – Argumentation dans La langue ou teoria da Argumentação na Língua

DC – *Donc* ou *portanto*

LC – Língua de chegada

LF – Língua fonte

LM – Língua meta

LP – Língua de Partida

PT – *Pourtant* ou *mesmo assim*

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

TF – Texto fonte

TM – Texto meta

AE – Argumentação Externa

AI – Argumentação Interna

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TEORIAS DA TRADUÇÃO: FOCALIZANDO AS NOÇÕES DE EQUIVALÊNCIA, DE SKOPO E DO PAPEL DO TRADUTOR	13
2.1 A QUESTÃO DA EQUIVALÊNCIA EM TRADUÇÃO PARA A ABORDAGEM LINGÜÍSTICA OU CIENTÍFICA	14
2.2 A NOÇÃO DE SKOPO NA ABORDAGEM FUNCIONALISTA	23
2.3 O PAPEL DO TRADUTOR	26
3 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: FUNDAMENTOS E FASES	30
3.1 FASES DA ADL	34
3.1.1 <i>ADL Standard</i>	34
3.1.2 <i>Fase Standard Ampliada</i>	37
3.1.3 A Teoria dos Blocos Semânticos	42
3.1.3.1 Os Blocos Semânticos	44
3.1.3.2 Argumentação Externa versus Argumentação Interna	48
4 METODOLOGIA	51
4.1 APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	51
4.2 PROCEDIMENTOS	52
5 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SUGESTÃO DE TRADUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	54
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS TRADUÇÕES	66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

O mundo vive, atualmente, um momento em que as economias se entrelaçam e a cultura já não tem mais fronteiras, o que torna a tradução de textos escritos e/ou falados, cada vez mais, uma atividade de grande importância. Com isto em mente, e sem qualquer pretensão de apresentar a solução para todos os problemas de tradução, esta dissertação tem como objetivo contribuir para a tradutologia, no que tange a uma possível estratégia para solucionar problemas de tradução de textos humorísticos causados pela presença de polissemia e homonímia.

Mais do que um texto que causa o riso, conforme Ducrot (1990), os enunciados humorísticos cumprem três condições. Primeiramente, eles apresentam, pelo menos, um ponto de vista absurdo. Esse ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor. Por fim, o enunciado não expressa nenhum ponto de vista contrário ao absurdo, mencionado anteriormente.

Os textos humorísticos escolhidos para esta pesquisa caracterizam-se pelo fato de ocorrer neles fenômeno de polissemia ou de homonímia. De acordo com Genouvrier & Peytard (1973), há polissemia quando uma única palavra ou expressão tem vários significados. A homonímia, por sua vez, se aproxima da polissemia, pois também se trata de uma situação em que uma palavra tem, pelo menos, mais de dois significados, porém, se diferencia no sentido de que homônimos devem ter forma fônica e/ou gráfica semelhante.

Sabe-se que o ato de traduzir demanda do profissional profundo conhecimento das Línguas de Partida (LP) e de Chegada (LC). Entretanto, apenas conhecimentos linguístico e cultural não são suficientes, porque, afinal de contas, é impossível chegar a uma tradução perfeita. As línguas não possuem identidade para tal, e, em alguns momentos, caso se privilegie a forma, o conteúdo se perde, e vice-versa. Com base nisso, a teoria da tradução passou por várias fases até o ponto em que alcançar equivalência, ou seja, maior aproximação com o conteúdo tornou-se uma das metas do tradutor, mas, para que isso aconteça, é preciso que sejam utilizadas estratégias pertinentes ao tipo de dificuldade encontrada, seja ela cultural, gramatical, etc.

De acordo com Marta Rosas (2002), a pesquisa em tradução de humor ainda é muito recente. Isso se dá, entre outros aspectos, pela desvalorização que muitas vezes os gêneros humorísticos sofrem. Como consequência, pouco se pesquisou sobre questões linguísticas, culturais, ou ainda sobre o processo tradutório envolvido. Ainda de acordo com a autora, a tradução de um texto humorístico apresenta-se problemática quando não há equivalência

cultural entre os membros das duas línguas envolvidas e quando não há equivalência linguística (sintática, morfológica, fonética, pragmática, etc.) entre as línguas-culturas. Quando o tradutor se depara com uma dessas duas categorias de problema, ele também se vê diante de uma escolha a ser feita: ou ele traduz o texto humorístico literalmente, correndo o risco de não atingir o objetivo primordial que é o riso, ou mesmo o estranhamento, ou ele tenta encontrar na Língua de Chegada (LC) algum elemento, seja ele linguístico, sonoro, cultural, que se aproxime daquele que causou o problema na tradução, correndo o risco de modificar, entre outros aspectos, a forma do texto, mas mantendo o sentido.

Na presente pesquisa, em busca de estabelecer uma estratégia que auxilie o tradutor na hora de fazer escolhas de tradução de enunciados humorísticos que possuam polissemia ou homonímia, faz-se um diálogo entre as noções de equivalência, de *skopos* e de qual é o papel do tradutor frente a esse processo. Focalizam-se essas abordagens que, a princípio, são contrárias umas às outras, por entender que existem nelas aspectos positivos que podem se complementar em busca de uma possível estratégia para situações em que somente o dicionário não seria suficiente para alcançar e transpor o sentido de uma língua para outra, como é o caso de enunciados com entidades linguísticas polissêmicas ou homônimas.

Como mencionado anteriormente, a falta de compatibilidade cultural e, até mesmo, linguística, pode acarretar grandes dificuldades para o tradutor, levando-se em consideração que seu papel é o de ser fiel ao conteúdo e à função do texto que traduz. Para, então, auxiliar o tradutor em suas escolhas na busca por equivalência de sentido e função, aplicam-se conhecimentos da ADL/TBS, uma vez que se trata de uma teoria da semântica que define que o sentido pode ser depreendido a partir da conformação de encadeamentos argumentativos.

Conforme Ducrot (1990), o sentido não reproduz a realidade, mas sim a descreve a partir da junção dos aspectos subjetivos (aqueles que apontam a ação do locutor frente à realidade) e dos intersubjetivos (aqueles que representam as relações do locutor com seus interlocutores), o que significa que o sentido está na própria língua, mas também nas intenções de um locutor que atua sobre a vontade de um interlocutor. No entanto, a ADL/TBS não analisa a intencionalidade do sujeito que faz a enunciação, mas a maneira como as entidades linguísticas se articulam. Dessa forma, cabe ao analista semanticista, ou ao tradutor, nesse caso, compreender o sentido das entidades linguísticas em seu contexto linguístico.

De acordo com Ducrot (2005), a pragmática mostra que as palavras possuem, em si mesmas, uma parte integrante da significação, mecanismos que permitem representar o discurso em que aparecem. Para o autor, antes da enunciação, ou seja, da realização da fala, o

que existe é uma situação sem limites e sem estrutura. A fala, nada mais é do que o dispositivo que coloca os limites e a estrutura para interpretação. Dessa forma, o que Ducrot (2005) afirma é que certamente o sentido se constrói a partir do contexto, mas trata-se de uma construção que se apoia fundamentalmente no valor propriamente linguístico das palavras que se devem interpretar. Portanto, pode-se dizer que semântica e pragmática não se separam.

Para a ADL/TBS a unidade semântica básica é o encadeamento argumentativo, que pode ser formado por dois segmentos ligados por DC (*donc*) ou PT (*pourtant*). Por exemplo, o encadeamento *está chovendo DC ficarei em casa* constitui um sentido único que resulta da interdependência semântica entre os dois predicados. Nesse caso, a chuva conduz a não sair de casa. Da mesma forma, em *está chovendo PT não ficarei em casa*, pode-se evocar esse sentido que é transgredido, desobedecido.

Além disso, o sentido das entidades linguísticas é definido pelos encadeamentos que as parafraseiam e pelas continuações possíveis a partir dos conectores DC e PT. Se disséssemos, por exemplo, *está chovendo DC as roseiras brotarão*, o sentido de *está chovendo* é outro, uma vez que, nesse caso, trata-se de uma presença de chuva que é favorável à brotação.

Nos dois tipos de encadeamento manifesta-se o fato fundamental da interdependência semântica segundo o qual um dos segmentos do encadeamento somente terá sentido na sua relação com o outro.

A partir desse diálogo entre as teorias da tradução e a ADL/TBS, a questão que se coloca é se é possível resolver problemas de tradução de textos humorísticos com entidades linguísticas homônimas e/ou polissêmicas, com base na descrição argumentativa. É preciso, para tanto, verificar em quê cada teoria focalizada nesta dissertação pode contribuir. No caso das teorias da tradução, o foco recai sobre a mensagem, sua função e o papel do tradutor. A ADL/TBS, por sua vez, traz a importância do valor linguístico das palavras e como sua significação provém das possíveis continuações que elas podem ter, o que configura uma das dificuldades de tradução, conforme Ducrot (1990). Em se tratando de palavras homônimas, então, foco deste estudo, o autor as classifica como um fenômeno que depende das possibilidades argumentativas das palavras para que se encontre o sentido fundamental.

Justifica-se esta pesquisa, portanto, pelo fato de que em milênios da complexa atividade que é traduzir e após várias tentativas de abordagens que focam em apenas um aspecto, dos vários considerados relevantes na tradução, não se chegou a um consenso da melhor forma de transpor discursos de uma língua para a outra. E enquanto uma abordagem

surgir para tentar superar a outra, não se chegará.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles explana brevemente sobre três noções importantes para os estudos da tradução, a saber, a questão da equivalência, tomando como base teórica principal os estudos de Eugene Nida (1964), Susan Bassnett (2003) e Cristina Carneiro Rodrigues (2000), a noção de *skopos*, trazida por Reiss & Vermeer (1996) e Nord (1997), e também o papel do tradutor, abordado, principalmente, por Rosemary Arrojo (1992). No segundo capítulo, trata-se da teoria da Argumentação na Língua (ADL), inicialmente proposta por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre (1983), e suas fases até a atual, a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot (1995). O terceiro capítulo se encarrega de explicar os passos metodológicos para análise e tradução do *corpus*. O quarto capítulo apresenta a análise argumentativa de cada enunciado humorístico e a tradução sugerida com base na ADL/TBS, com foco na equivalência de sentido argumentativo e de função. Por fim, seguem considerações sobre o problema de tradução focalizado neste trabalho e as contribuições da ADL/TBS na busca de solucioná-lo.

2 TEORIAS DA TRADUÇÃO: FOCALIZANDO AS NOÇÕES DE EQUIVALÊNCIA, DE *SKOPO* E DO PAPEL DO TRADUTOR

O ofício de traduzir surgiu praticamente junto com as interações entre povos que falavam línguas diferentes. Há registros de que em 3.000 AC já existiam listas bilíngues de palavras, na Mesopotâmia. Depois vieram as traduções da Bíblia e hoje, com a evolução de uma sociedade globalizada e conectada à internet, o mundo é traduzido quase que simultaneamente em milhares de línguas.

Desde o princípio, as preocupações colocadas por tradutores e, mais tarde, por teóricos da tradução, sempre giraram em torno do gênero textual a ser traduzido e do processo de traduzir, levantando-se questões importantes como tradução literal versus livre, textos literários versus não literários, prosa versus poesia, forma versus conteúdo, estilística, intenção do autor/tradutor, diversidade das línguas, diferenças culturais, problemas de comunicação interpessoal, circunstâncias nas quais a tradução vai ser usada, fidelidade do tradutor e, também, sobre a própria significação de traduzir/tradução. É por isso, inclusive, que se fala em “teorias”, e não “teoria” da tradução, pois o que foi se criando desde a primeira tradução são princípios usados para entender a natureza da tradução ou para propor critérios de avaliação de um texto que foi traduzido (NIDA, 1993). Uma das razões pelas quais falta tratamento teórico adequado é que “a tradução é essencialmente uma tecnologia que depende de várias disciplinas: linguística, antropologia cultural, psicologia, teoria da comunicação e neuropsicologia”¹ (NIDA, 1991 p. 21). Nida (1991) também aponta que talvez fosse melhor falar em abordagens ao invés de teorias da tradução, no sentido de que colocaria, de fato, em evidência as diferentes orientações que propõem ideias úteis para o processo de tradução.

Outra razão que pode ser atribuída para a falta de uma teoria única para a tradução é que, apesar de a atividade do tradutor remontar a milênios de história, somente no século XX é que se foi pensar o fazer tradutório de maneira mais objetiva e científica. Alguns teóricos divergem com relação à divisão de grandes momentos da tradutologia, ou simplesmente, estudos da tradução. No entanto, muitos consideram que é a partir das décadas de 1960 e 1970 que o fazer tradutório começou a ser pesquisado enquanto uma ciência, com as teorias de abordagem linguística. Antes disso, como afirma Edwin Gentzler:

¹ [...] translating is essentially a technology which is dependent upon a number of disciplines: linguistics, cultural anthropology, psychology, communication theory, and neurophysiology (tradução nossa).

As pessoas *praticavam* tradução, mas nunca tinham certeza do que estavam fazendo [...] Sem dúvida, uma abordagem mais sistemática da tradução era necessária, e a disciplina que parecia ter as ferramentas teóricas e linguísticas necessárias para tratar do problema era a Linguística (2009, p. 71).

Desde então, muitos estudos surgiram e, até os dias de hoje, outros apareceram e continuarão a aparecer, demonstrando que nenhuma teoria específica será capaz de dar todas as respostas para as questões que envolvem o processo tradutório desde os primórdios. Gentzler (2009, p. 246), inclusive, acredita que a teoria da tradução vivencia, atualmente, “uma excitante nova fase de pesquisa para a área, que está forçando os estudiosos a combinar teorias e recursos de uma variedade de disciplinas e que leva a múltiplas novas visões”.

Nesta dissertação não será diferente, uma vez que, neste capítulo, se pretende fazer um breve diálogo entre teorias da tradução com abordagem linguística e funcionalista, e que se perpetuam até os dias de hoje, destacando entre elas pontos que não se excluem, pelo contrário, talvez até se complementem, no que concerne à tradução enquanto processo e produto, trazendo conceitos como o de equivalência (essencialmente originado com a abordagem linguística) e *Skopo* (que surgiu com a abordagem funcionalista), entre outros. Também será debatido o papel do tradutor, de forma a complementar as duas teorias citadas anteriormente em busca de traçar um quadro do fazer tradutório atual.

2.1 A QUESTÃO DA EQUIVALÊNCIA EM TRADUÇÃO PARA A ABORDAGEM LINGÜÍSTICA OU CIENTÍFICA

Uma das grandes questões debatidas em teoria da tradução sempre foi a impossibilidade de que haja identidade total entre duas línguas ao ponto de que o que se diz em uma, será exatamente igual ao que se transportou para a outra. Ao longo da história dos estudos em tradução, passou-se muito tempo questionando sobre as perdas de sentido dentro do processo tradutório, advindas, exatamente, dessa falta de identidade entre Língua de Partida (LP) e Língua de Chegada (LC) ou Língua Fonte (LF) e Língua Meta (LM) ².

² As citações provenientes do livro do Catford são da tradução feita no Brasil por estudantes do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Para a palavra “target” – usada por Catford – os tradutores escolheram o equivalente em português “meta”. Entretanto, esta nomenclatura muda de autor para autor. Alguns chamam de Língua de Partida (LP) e Língua de Chegada (LC), outros de Língua Fonte (LF) e Língua Alvo (LA). Dessa forma, toda vez que Catford for citado, manter-se-á a palavra “meta”. Mas para os outros usos, não se optará por uma nomenclatura específica, de maneira que ora aparecerá um par, ora outro, porque se entende que todos se referem à mesma situação. O mesmo se dará para os termos Texto fonte (TF) e Texto Meta (TM), Texto de Partida (TP), Texto de Chegada (TC), Original e Tradução.

A questão das perdas do processo tradutório chegou a tal ponto que para muitos o ato de traduzir, em especial textos literários, era “destruir, descaracterizar, trivializar”. Além disso, muitos poetas consideravam (e muitos ainda consideram) a tradução um ato inferior porque “falha em capturar a ‘alma’ ou o ‘espírito’ do texto literário” (ARROJO, 1992 p. 27). Havia uma preocupação muito grande em manter forma e conteúdo intocados durante a tradução, sem que houvesse prejuízo na compreensão e por isso, o ato de traduzir parecia sempre impossível. Tal comportamento também limitou as pesquisas sobre os possíveis ganhos, já que o tradutor não é apenas uma ponte que liga uma língua à outra, mas, como resultado do trabalho de tradução e de seus conhecimentos prévios, pode vir a facilitar a compreensão do texto original (BASSNETT, 2003).

Dessa forma, o ato de traduzir é uma questão de interpretação que ultrapassa a mera escolha de palavras para substituir uma língua pela outra. Assim, é impossível buscar traduções exatas, mas, por outro lado, o tradutor pode se utilizar de estratégias que busquem ao menos uma expressão que se aproxime do que foi dito na LP. Tal responsabilidade está relacionada, principalmente, com a compreensão do texto na LC, o que esbarra em um dos conceitos mais debatidos em teoria da tradução: a noção de equivalência. De acordo com Rodrigues (2000), a questão da equivalência é um tema que gerou bastante divergência ao longo dos séculos em que se estuda a tradução, mas foi com Catford e Nida, dois expoentes das teorias de abordagem Linguística, que o termo ficou mais conhecido. Assim, antes de passar à explicação do que é *equivalência* em tradução, faz-se necessário discorrer um pouco sobre como se deram os estudos tradutológicos com foco na Linguística.

Como visto no início deste capítulo, as teorias de abordagem linguística foram as primeiras a pensar o fazer tradutório de forma mais sistemática, tanto que também podem ser chamadas de abordagem científica. Surgiram nas décadas de 1960 e 1970 com características do estruturalismo linguístico e davam importância, primeiramente, à língua e, mais tarde, à cultura do texto de partida (RODRIGUES, 2000, p. 22-23).

Antes disso, aqueles que se prontificaram a refletir sobre a tradução percebiam-na como uma atividade literária, ou até mesmo um fenômeno, cuja pesquisa se resumia aos problemas literários, ignorando-se os de cunho linguístico. A partir das décadas de 1960 e 1970, então, passou-se a tentar resolver problemas de tradução apoiando-se no estudo de como o sentido é transposto de uma língua para outra. Entre os principais teóricos podem-se citar John Catford, Eugene Nida, Wolfran Wilss e Georges Mounin, além de outros nomes que formavam a Escola de Leipzig, na Alemanha.

John C. Catford ficou conhecido com o livro *Uma teoria linguística da tradução*, lançado em 1965, e traduzido no Brasil em 1980. Nessa obra, Catford (1980), ao tentar encaixar reflexões sobre tradução em uma teoria linguística, demonstra que a teoria da tradução deve dar conta da relação que se estabelece entre idiomas. O autor entende a língua como um conjunto de sistemas que funcionam em diferentes níveis. Embora duas línguas possam manter relações em dupla direção, para o autor, na tradução, sempre se estabelecerá uma relação unidirecional: parte-se de uma Língua Fonte (LF) para uma Língua Meta (LM), buscando-se substituir o material textual (ou parte dele) da LF por material textual equivalente na LM.

Em busca de equivalência, que será debatida logo adiante, Catford (1980) sistematiza uma teoria de tradução que compara línguas e faz um levantamento de itens que aparecem com certa frequência em ambas, de maneira que se possa traçar uma espécie de tabela de probabilidades de uso e, conseqüentemente, de tradução. Quanto maior essa probabilidade, maiores as chances de formular regras para traduzir. O autor explica que:

Num texto de qualquer extensão, alguns itens específicos da LF ocorrem quase com certeza diversas vezes. Para cada ocorrência haverá um equivalente textual específico na LM. Depois de observar cada equivalente textual *particular*, podemos então fazer uma relação *geral* de equivalências textuais para cada item da LF, abrangendo todas as suas ocorrências no texto como um todo (CATFORD, 1980, p. 32).

Ainda com relação aos termos que ocorrem com certa frequência na LF, Catford (1980) explica que eles, geralmente, têm mais número de ocorrências de cada equivalente particular pelo número total de ocorrências do item da LF. O autor dá como exemplo os termos de um conto francês com aproximadamente doze mil palavras. O termo *dans*, que tem como uma de suas significações “dentro”, ocorre 134 vezes. Ainda no exemplo do autor, o equivalente textual de *dans* numa tradução inglesa é “*in*, ‘em’, em 98 ocorrências, *into*, ‘dentro’, em 26, *from*, ‘de’, em 2 e *about*, ‘cerca de’, e *inside*, ‘dentro’, em uma ocorrência cada; há seis ocorrências de *dans* em que o equivalente ou é *nil* ou não é uma preposição inglesa” (CATFORD, 1980 p. 32, 33). Fazendo-se o cálculo sugerido pelo autor, a probabilidade de equivalência de tradução de *dans* = *in* é de 0,73, por exemplo.

Tal valor de probabilidade, assim como os demais, surge da suposição de que a probabilidade de uma equivalência específica é igual para todas as outras ocorrências, isto é, são *probabilidades incondicionadas*. Entretanto, há a possibilidade de que tais equivalências sejam influenciadas pelo contexto em que estão inseridas, o que pode modificá-las. Estas são

as *probabilidades condicionadas* e devem ser igualmente levadas em consideração. A partir desse cálculo, e considerando-se que a amostra seja suficientemente grande, Catford (1980) acredita que as probabilidades de equivalência de tradução podem ser expandidas ao ponto de se tornarem “regras de tradução”. Estas poderiam ser aplicadas a outros textos. Nas palavras do autor:

Uma *regra de tradução* é, assim, uma extrapolação dos valores de probabilidades de equivalências textuais de tradução. Essa regra é uma afirmação de equivalência de probabilidade incondicionada mais alta, suplementada por equivalências de probabilidade condicionada mais alta, com uma indicação dos fatores condicionantes (CATFORD, 1980, p. 33).

Assim, entende-se que para Catford (1980), o estudo linguístico não auxilia na tradução em si, mas serve para formular e determinar regras de tradução a partir de uma sistematização probabilística. Rodrigues (2000) considera esse método impossível de se aplicar porque mesmo que se comparem as línguas, são muitas as chances de não haver correlação um para um entre termos da LC e da LA, ou seja, “a variedade de possibilidades de traduções impede que se possa fazer uma sistematização do gênero” (2000, p. 44).

Outro grande expoente dos estudos da tradução sob a ótica da Linguística chama-se Eugene Nida, que ficou muito conhecido por seu trabalho na área da tradução bíblica, em que se voltava mais para a questão prática do que para a questão teórica. No entanto, na tentativa de criar estratégias que melhor favorecessem a tradução da Bíblia para vários idiomas, e guiado por seus motivos religiosos, Nida acabou por desenvolver uma “ciência da tradução”. Apoiado em um grande trabalho de campo que revelava que a mensagem religiosa não estava sendo transmitida de forma adequada por causa dos diversos contextos culturais, o autor entendeu

[...] que o significado não pode ser separado da experiência pessoal e da estrutura conceitual da pessoa recebendo a mensagem. Concluiu que as ideias “devem ser modificadas” para se encaixar no mapa conceitual da experiência do contexto diferente (NIDA apud GENTZLER, 2009 p 80).

Dessa forma, e também por se interessar pela reação que a pessoa tem ao receber a informação, o autor demonstra que é importante incluir o contexto cultural em que a comunicação ocorre. Ele fundamenta, então, a sua teoria com base no princípio de que a mensagem do texto original pode ser encontrada e traduzida de maneira que sua recepção, por parte dos interlocutores da tradução, seja a mesma que a dos interlocutores do original.

Em seus estudos, Nida (1991) estabelece que a tradução deve dar prioridade à consistência contextual, pois esta se fundamenta em dois importantes fatos linguísticos. O primeiro deles diz respeito à crença de que cada língua tem um conjunto de termos que expressam todas as experiências e que são chamados “símbolos verbais”. E o segundo indica que as línguas são diferentes entre si nas formas por meio das quais os “símbolos verbais” classificam as diversas experiências. Para o autor, em qualquer língua, é possível expressar qualquer coisa que se vive, pois o conjunto de “símbolos verbais” cobre toda a significação.

Com base nessas diferenças entre as línguas e também em busca da transposição da mensagem do original para a tradução de maneira que a reação que se obteve em uma seja idêntica à da outra, ele divide as possibilidades de tradução em correspondência formal e equivalência dinâmica.

Tanto Catford quanto Nida defendem que o tradutor deve partir da determinação do sentido do TF e que deve haver uma substituição por sentido equivalente no texto da LM. No entanto, eles se diferenciam um pouco, na medida em que para Catford (1980) o significado está na superfície do enunciado e não pode ser o mesmo para as duas línguas, o que determina que não haja transferência total de significados, mas sim substituição de termos funcionalmente relevantes. Já Nida (1991) acredita que a transferência de significados acontece, porém é apenas uma etapa de todo o processo tradutório. Para ele, analisar o significado na superfície do enunciado, transformando-o em núcleo, garante que se mantenha o significado do texto original. Rodrigues (2000, p. 62) complementa, diferenciando-os da seguinte forma: “o trabalho de Eugene Nida não tem como objetivo sistematizar a tradução com fundamentos linguísticos, como o de Catford, mas usar a linguística como um instrumental para análise e solução de problemas de tradução”.

São muitos os problemas com a abordagem linguística e, com o passar do tempo, bem como com a evolução dos estudos em tradução, muitos desses conceitos foram superados. Principalmente a noção de substituição termo a termo defendida por Catford (1980). Rodrigues (2000, p. 100) comenta que

[...] a relação de significação postulada é estática e a-histórica, pois a tentativa de formulação de métodos para atingir a exata significação dos textos por meio da análise linguística pretende ser válida universalmente. Isso vincula a concepção de equivalência a uma noção de tradução como transporte ou substituição de significados pretensamente neutros, que não sofreriam influência do meio para que se dirijem.

Como coloca Mounin (1963), é preciso, sim, pensar a tradução como uma atividade que envolve aspectos não-linguísticos, como, por exemplo, a cultura e a identidade vinculadas às línguas envolvidas. No entanto, “toda operação de tradução [...] comporta, basicamente, uma série de análises e de operações especificamente dependentes da linguística” (MOUNIN, 1963, p. 26).

A partir do que foi exposto, ainda que brevemente, percebeu-se que os estudos feitos por Nida e Catford usaram a linguística para estabelecer relações entre as línguas e não para auxiliar, de fato, no processo de tradução. Entretanto, os conceitos de equivalência, formal ou dinâmica, ainda que possam ter sofrido alguma alteração com a vinda de outros estudos, permanecem até os dias de hoje. Qualquer tradutor, mesmo que inconscientemente, tenta chegar o mais próximo do original quanto possível e isso é buscar equivalência.

Não se sabe ao certo qual a origem do termo *equivalência* para os estudos de tradução, mas acredita-se que tenha derivado da significação proveniente da matemática, relativa à igualdade de valores, ou seja, dados podem ser substituídos um pelo outro sem que haja mudanças significativas. Com Catford e Nida, esse conceito se ampliou e ficou conhecido, sendo debatido até os dias de hoje por várias correntes teóricas que o aceitam ou o contestam.

John C. Catford (1980), como mencionado no início desta seção, procura analisar a tradução enquanto um processo, tentando encaixá-la em uma teoria linguística geral. Ele define o ato de traduzir como a substituição de um material textual na Língua Fonte (LF) por material textual *equivalente* na Língua Meta (LM). Aqui, já se percebe que se trata de materiais textuais, em ambas as línguas, com valor igual. O autor coloca que:

O termo *equivalente* é sem dúvida uma palavra chave [...]. O problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM. Uma tarefa central em teoria da tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência de tradução (CATFORD, 1980 p. 23).

Dessa forma, Catford (1980) separa o ofício do tradutor, que deve se ocupar de buscar termos equivalentes para transmitir a mensagem do texto original, do ofício do teórico da tradução, que se encarrega de pesquisar as condições para que haja equivalência de tradução, por meio das já mencionadas tabelas probabilísticas. Além disso, o autor coloca a importância de se distinguir *equivalência textual* e *correspondência formal*. O primeiro termo diz respeito a qualquer texto da LM que se considera equivalente, ou seja, de igual valor, a um determinado texto da LF. Já o segundo termo se refere a “qualquer categoria da LM (unidade, classe, estrutura, elemento de estrutura, etc.) que se possa dizer que ocupa, tanto quanto

possível, na “economia” da LM o “mesmo” lugar que determinada categoria da LF ocupa na LF” (CATFORD, 1980, p. 29). Considerando-se que cada língua possui características próprias, observa-se que a correspondência formal, além de rara, é sempre uma aproximação. Nas palavras do autor:

É claro que a correspondência formal pode ser apenas aproximada, e pode ser mais facilmente estabelecida a níveis relativamente altos de abstração. Assim, se verificarmos que duas línguas operam, cada uma, com unidades gramaticais em cinco ordens [...], poderemos dizer com razão que há correspondência formal entre duas hierarquias de unidades: ambas têm o mesmo número de ordens e, com hierarquias, ambas têm a mesma espécie de relação entre as unidades das diferentes ordens (CATFORD, 1980, p. 35).

No entanto, pode ser que a correspondência formal só exista com base na equivalência textual. Isto é, há possibilidade de uma determinada classe de uma língua ser o equivalente textual de uma classe na outra língua, porque ambas funcionam de forma semelhante em suas respectivas línguas.

Catford (1980) também chama atenção para o fato de que nem sempre termos, classes, ou itens da LP e LC terão “o mesmo significado”, mas é possível que se encontrem alternativas que funcionem igualmente na mesma situação. Entretanto, há a possibilidade de uma tradução fracassar. Para o autor, isso acontece, quando não é possível colocar no significado contextual da tradução, traços funcionalmente importantes da situação em que o enunciado da LF foi produzido. São duas possibilidades de fracasso, de acordo com Catford (1980): 1) impossibilidade linguística devido à falta de equivalente na LM, ou seja, “diferenças linguísticas formais [...] levam ao insucesso na tradução apenas quando o traço formal da LF é ele *próprio* um traço textual-e-funcionalmente-relevante” (CATFORD, 1980, p. 109); e 2) impossibilidade cultural, pois tentar achar algum equivalente que apenas se aproxime do sentido do original, pode criar situações estranhas. Outra razão para que Catford acredite em fracassos de tradução se dá muito por causa de sua tendência a achar que o significado está na superfície do texto, ele não considera que existam várias possibilidades de equivalência e muito menos o contexto situacional.

Nida (1964), por sua vez, divide a noção de equivalência em duas orientações básicas: equivalência formal e equivalência dinâmica. A primeira delas tem foco na mensagem, tanto em forma quanto em conteúdo. Nesse caso de equivalência, existe correspondência entre os diferentes elementos da LF (conceitos, sentenças). A mensagem deve ter correlação com tais elementos. Com esse conceito, Nida (1964) coloca que a tradução se dá reproduzindo, de

maneira literal, forma e conteúdo e serve para que o interlocutor da LM possa entender como funciona o universo do interlocutor do original. Venutti (2000, p. 129) comenta que:

Nesse tipo de tradução, preocupa-se com correspondências do tipo poesia a poesia, frase a frase, e conceito a conceito. Vista sob tal orientação formal, a preocupação que se tem é que a mensagem na língua do receptor deveria combinar, o máximo possível, os diferentes elementos na Língua Fonte. Isto significa, por exemplo, que a mensagem na cultura do receptor é constantemente comparada com a mensagem na cultura do original para determinar padrões de exatidão e precisão³.

Já a *equivalência dinâmica* tem como objetivo fazer com que o interlocutor da tradução tenha a mesma reação que o do original teve ao ler o TF. Ao contrário da *equivalência formal*, que insiste para que o interlocutor da tradução entenda aspectos culturais do contexto da LF para, então, compreender a mensagem (NIDA, 1964), na *equivalência dinâmica*, estabelece-se uma relação de total naturalidade que busca, inclusive, adaptar-se aos modos de comportamento importantes na própria cultura do interlocutor do TM. É o que Nida (1964) chama de “efeito equivalente”. De acordo com Venutti (2000, p. 129,130):

Nesse tipo de tradução, não se está preocupado com a combinação entre mensagem da língua do receptor e mensagem da língua fonte, mas com a relação dinâmica, que a relação entre receptor e mensagem deveria ser substancialmente a mesma que existiu entre os receptores do original e a mensagem. Uma tradução de equivalência dinâmica tem como objetivo a completa naturalidade de expressão [...]⁴.

Para Nida & Taber (1982), a natureza da tradução está em transpor o equivalente mais próximo e natural da mensagem na língua original para a língua alvo. Essa “transposição” deve acontecer primeiramente em termos de significação e depois estilo.

A discussão acerca do ato de traduzir gira em torno de polos a serem escolhidos pelo tradutor, por exemplo, forma ou conteúdo, significação ou estilo, equivalência ou identidade, etc. Nida & Taber (1982) afirmam que, para que o tradutor faça as melhores escolhas, é preciso que ele defina um conjunto de características para guiá-lo nesse processo. E, considerando que as palavras contêm significados e também que as diferentes línguas não

³ Formal equivalence focuses attention on the message itself, in both form and content. In such a translation one is concerned with such correspondences as poetry to poetry, sentence to sentence, and concept to concept. Viewed from this formal orientation, one is concerned that the message in the receptor language should match as closely as possible the different elements in the source language. This means, for example, that the message in the receptor culture is constantly compared with the message in the source culture to determine standards of accuracy and correctness (tradução nossa).

⁴ In such a translation one is not so concerned with matching the receptor-language message with the source-language message, but with the dynamic relationship, that the relationship between receptor and message should be substantially the same as that which existed between the original receptors and the message. A translation of dynamic equivalence aims at complete naturalness of expression [...] (tradução nossa).

contam com sentidos idênticos para todas as palavras, a escolha passa a depender da situação de comunicação, e não de um sistema fixo gramatical. É o que torna o papel do tradutor importante, pois dele se exige criatividade para contornar possíveis problemas de tradução, em razão da falta de um correspondente idêntico, mas que pode ser solucionado, mantendo-se a mensagem original. De acordo com os autores:

Devemos supor que haja pelo menos alguma relação básica entre a intenção da fonte e a reação dos primeiros receptores. Caso contrário, é claro, a comunicação falhou completamente. Porém, geralmente, podemos supor que a fonte tinha em mente informações sobre seus receptores e preparou sua mensagem de tal forma a obter o mais alto nível de compreensão (NIDA & TABER, 1982, p. 23, 24)⁵.

Portanto, o que Nida e Taber apresentam é que para medir a equivalência dinâmica só é possível que se compare a equivalência de reação e não a concordância entre públicos, afinal, não se pode prever para qual tipo de receptor o autor do original escreveu.

Assim, pode-se constatar que, apesar de ainda classificar a tradução como uma atividade que visa igualdade de valores, Nida não considera apenas os fatores linguísticos, mas também as circunstâncias culturais que estão envolvidas tanto no Texto Fonte, como no contexto para o qual este será traduzido.

Conforme Baker (1999), escolher um equivalente apropriado para um dado contexto depende de uma infinidade de fatores que podem ser estritamente linguísticos ou extralinguísticos. A não equivalência, por sua vez, significa que a LC não tem um equivalente direto para uma palavra, ou expressão, que venha a ser utilizada no texto da LP. Esta ausência pode ser de ordem cultural, lexical, gramatical, entre outras, e todas requerem estratégias diferentes para alcançar o sentido mais aproximado da LP (BAKER, 1999). Um exemplo de estratégia que Baker aponta é a substituição cultural que consiste em substituir um termo específico da cultura da LP por um que não tenha o mesmo significado, mas que cause o mesmo impacto no leitor da LC, ou seja, que tenha o mesmo valor.

Tal compreensão corrobora com a proposta de Nida (1964) quando este afirma que, além de ser semanticamente equivalente, o impacto total de uma tradução deve estar razoavelmente próximo ao do Texto Fonte. Em outras palavras, não basta que se tenha apenas o mesmo sentido, é preciso que as reações dos leitores da LC sejam as mesmas que as dos

⁵ We must assume that there is at least some basic relationship between the intention of the source and the response of the first receptors. Otherwise, of course, the communication has utterly failed. But in general we can assume that the source had in mind the backgrounds of his receptors and prepared his message in such a form as to obtain the highest degree of comprehension (tradução nossa).

leitores na LP. Venutti (2000) complementa, dizendo que são três os fatores que influenciam uma tradução, a saber, a natureza da mensagem, o propósito do autor/tradutor e o tipo de receptor. A mensagem se diferencia, na medida em que se constata se é a forma ou o conteúdo que deve permanecer na tradução. O propósito do autor que, por aproximação, se transforma no propósito do tradutor, também influencia na tradução, pois, como defende Nida (1964), é preciso que as reações dos receptores da Língua de Chegada sejam similares às dos receptores originais. E, por fim, o tipo de público influencia na medida em que cada um recebe a mensagem de maneira diferente e, com isso, não se focaliza nas individualidades de cada receptor, mas sim no fato de que, por exemplo, crianças são receptores diferentes de adultos e etc., o que não impede que um texto direcionado a crianças na LP não possa ser traduzido para adultos na LC, só é preciso fazer adequações.

O debate acerca da equivalência (dinâmica ou não) continua até hoje. Há a certeza de que não se pode encarar a noção de equivalência de forma tão matemática, como o faz Catford. No entanto, mantém-se a importância desse conceito que se volta para a função do TF, bem como para a reação dos receptores do texto traduzido, considerando-se fatores culturais e antropológicos.

2.2 A NOÇÃO DE *SKOPO* NA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

O funcionalismo também surgiu em meio à escola linguística, na década de 1970, sendo que seus tempos áureos situam-se nas décadas de 1980 e 1990. Surgiu como uma oposição aos formalistas, por exemplo, da gramática gerativa, e aos estruturalistas, e tinha como preocupação as situações comunicativas e o modo de comunicação dos usuários de uma língua. Assim, para os funcionalistas, a língua é considerada um produto social; compreender seu funcionamento é também compreender como a comunicação flui de acordo com as necessidades dos interlocutores e da situação que os envolve. Dito de outra maneira, o funcionalismo implica quatro questões básicas: para que se quer dizer algo; por que dizer; como dizer e para quem dizer.

Com relação à tradutologia, o surgimento de uma teoria funcionalista “marca um momento importante na evolução da teoria da tradução, quebrando a corrente teórica com dois mil anos de idade que gira em torno do eixo fiel vs livre” (GENTZLER, 2009, p. 101). O funcionalismo é assim considerado, pois as traduções que escolhem a abordagem funcionalista podem ser tanto fieis, como livres. Essa abordagem permite que o tradutor tenha

flexibilidade de decisão, levando-se em conta a função do texto que vai traduzir. Por exemplo, um texto técnico-científico exige que uma tradução palavra-por-palavra seja feita, já um anúncio publicitário abre possibilidade para maior liberdade de escolha de palavras.

Conforme Nord (1997), com a abordagem funcionalista, o processo de tradução leva em conta um objetivo, um propósito, que está ligado ao TF. Uma vez estabelecido, esse objetivo deve ser alcançado também no TM, por meio de um conjunto de questões que o tradutor deve se fazer durante seu ofício, tendo como foco o leitor final. Essa abordagem coloca, então, que a importância do processo de tradução não está na equivalência ou na fidelidade ao TF, mas sim em verificar se a tradução alcançou o objetivo proposto por quem encomendou a tradução.

Vermeer (1996) classifica a tradução como uma espécie de transferência, na qual signos verbais e não verbais passam de uma língua para a outra, como em qualquer interação de comunicação humana. O autor utilizou a palavra grega *skopos* para determinar a “teoria da ação proposital” ou *skopostheory*, que preconiza que o objetivo da tradução delimita métodos e estratégias a serem utilizados pelo tradutor em busca de um texto em língua meta, funcionalmente adequado. Dessa forma, a *skopostheory* tem foco em fatores pragmáticos da tradução que são determinados pelo *skopos* que se busca atingir no contexto da LM, levando-se em consideração o leitor da LM.

A *Skopostheorie* vai ainda mais longe, quando afirma que há três fases da decisão funcional de uma tradução. A primeira delas é a determinação da finalidade do texto original. Depois há a possível atribuição prévia de modificações entre as partes dos dois textos que oferecem problemas de tradução, conforme o objetivo estabelecido. Por último, vem a realização do escopo, em que o texto final deve ser produzido segundo a finalidade fixada. (REISS; VERMEER, 1996).

Com isso, percebe-se que, para os funcionalistas, o foco da tradução recai sobre a função inerente ao Texto Fonte e sua tradução com relação aos seus respectivos leitores finais. Outros elementos passam a ser considerados na tradução, como, por exemplo, cultura, conhecimento do leitor, propósitos, função da tradução, entre outros. Em outras palavras, o TF deixa de ser “sagrado”. Ao tradutor é dada maior liberdade para escolha de estratégias e alterações de acordo com o contexto de recepção e o público a que se dirige, e o foco recai sobre o texto traduzido.

Outro grande expoente da abordagem funcionalista chama-se Katharina Reiss que trabalhou juntamente com Vermeer no livro *Fundamentos para uma teoria funcional de la*

traducción. No entanto, ela tem uma visão um pouco diferente de como a abordagem funcional se relaciona com a tradução.

A autora sugere que as funções predominantes no TF sejam transferidas para o texto traduzido de maneira que sirva adequadamente ao leitor final. Essa transmissão é fator importante para avaliar a tradução. Para tanto, ela propôs critérios de instrução intra e extralinguísticos, chamados *Instruktionen*, que permitem ao tradutor avaliar e interpretar o significado do TF.

Reiss (1996) considera que existem três características importantes no processo de tradução. A primeira delas diz respeito à transmissão da função predominante do TF como principal fator para avaliar um texto traduzido. A segunda está relacionada aos critérios de tradução que dependem do tipo de texto a ser traduzido. E, por fim, o terceiro aspecto trata da possibilidade de a função comunicativa do texto traduzido divergir do TF no que tange à sua audiência, e por isso, se faz necessário também avaliar o propósito do texto traduzido em relação ao contexto da LM.

Assim, enquanto Vermeer (1996) se volta completamente para a função da tradução, Reiss (1996), por sua vez, acredita que determinar a função do texto original é um passo importante para se chegar à tradução. Os dois concordam que a função ainda é o aspecto mais importante, só se diferenciam quanto à atenção dada ao TF e à tradução.

Nord (1991), professora, tradutora e também nome importante da abordagem funcionalista, unifica os conceitos de Reiss e Vermeer, equilibrando o processo de tradução, ao dar importância tanto para o TF quanto para o TM e suas funções. Para a autora, uma análise completa do TF deve ser feita antes da tradução, assegurando ao tradutor, bases para compreender e interpretar o texto. Assim, ele consegue explicar estruturas linguísticas e textuais, sua relação com as regras da língua em questão e garante suporte confiável para tomar decisões acerca de sua tradução. O problema passa a ser como atuar de maneira a satisfazer a análise do TF e lidar com os obstáculos que podem surgir, quando se tenta traduzir um texto.

Para a autora, existe, durante o processo tradutório, a necessidade de um modelo de análise do TF que seja referência constante para o tradutor. Esse modelo poderia ser usado por qualquer profissional. Ele serviria para sistematizar qualquer tipologia textual, em qualquer situação de tradução, teria como base a função exercida pelo TF, a partir de sua estrutura e outros elementos observáveis, e asseguraria ao tradutor a possibilidade de escolha das estratégias mais adequadas. Dessa forma, é possível dizer que o funcionalismo também busca

equivalência, porém é uma *equivalência funcional*.

Assim como as teorias de abordagem linguística, as funcionalistas também apresentam uma série de problemas que geraram críticas dos teóricos que vieram depois. Uma dessas críticas defende que se todo texto tem um propósito, um *skopo*, criado a partir do foco no leitor, isto faz com que o tradutor exclua outras possibilidades de interpretação. E há muitas outras que questionam a abordagem. No entanto, não faz parte do objetivo desta dissertação defender ou julgar qualquer método de maneira que, assim como foi feito na seção anterior, na abordagem funcionalista o que interessa para a pesquisa é a noção de *skopos*, aliada à noção de equivalência e ao papel do tradutor, que será debatido na subseção seguinte.

2.3 O PAPEL DO TRADUTOR

O ofício do tradutor, assim como a noção de equivalência em tradução, é um questionamento que vem sendo debatido há séculos, desde as primeiras traduções. Como visto nas outras subseções, apesar de ter se tornado objeto de estudo apenas recentemente, a história da tradução remonta há anos de questionamentos, que vão da possibilidade de um determinado texto ser traduzido às supostas técnicas que um tradutor pode utilizar. Antes mesmo de a tradução se tornar uma teoria, um campo de estudos, já se pensava em questões do tipo literalidade e fidelidade, em que a primeira exige que a tradução seja feita palavra por palavra e a segunda que o sentido global do texto permaneça intacto. Com o tempo, e com a dedicação de inúmeros filósofos e estudiosos das teorias da linguagem, hoje em dia os estudos da tradução conseguiram avançar. No entanto, certos questionamentos permanecem, como é o caso do papel do tradutor em seu ofício, no que tange à fidelidade ao original e a ser literal ou não.

Seja a questão da fidelidade, seja a questão da literalidade, ambas resvalam invariavelmente nas escolhas do tradutor e, por vezes, são vistas como obstáculos a uma tradução adequada. Arrojo (1992, p. 73) coloca que tal concepção resulta do fato de que muitos acreditam na impossibilidade de traduzir qualquer texto, por ser a tradução uma “usurpadora ineficiente que, ao tomar o lugar do 'original', dele apenas pode oferecer reflexos pálidos e oblíquos”. Dessa forma, algumas vertentes que estudam a teoria da tradução acabam se dividindo em critérios de manutenção da 'originalidade' ou de 'ocultamento' da figura do tradutor, como sendo princípios que definem o que seria uma tradução adequada. Inclusive, por vezes se coloca que, quanto mais a presença do tradutor for anulada, mais próxima do

original fica a tradução.

Assim, ao dar ênfase ao original e seu valor, e colocando noções de fidelidade como o objetivo último da tradução, o ato de traduzir é transformado em mero exercício que consiste em decodificar sentidos. No entanto, quando se problematiza o papel do autor, e também do tradutor, essa importância do original/originalidade passa a ser questionada (BRISOLARA, 2011 p. 109).

De acordo com Arrojo (1992), existem alguns pontos que deveriam ser analisados, quando da classificação de original e também de literalidade. Por exemplo, quando se defende a existência de um texto original a ser traduzido com extrema fidelidade e tornando a presença do tradutor nula, assume-se que o texto é totalmente estável e imutável, um simples recipiente para as intenções de um autor. Tais intenções também seriam sempre conscientes e apreendidas através da leitura, cujo processo passa a ser considerado neutro, capaz de abolir as interferências do leitor e de seu contexto sócio-histórico e cultural.

A partir disso, quando se defende uma tradução literal, considerada próxima do original, que não demonstra interferência do tradutor, em detrimento de uma tradução literária, que revelaria a interferência da interpretação e do julgamento do tradutor, acredita-se que o tradutor seja um leitor que pode traduzir não apenas palavras, mas também as intenções do autor do dito texto original. Não se considera que tais intenções possam ser inconscientes. Por outro lado, é preciso compreender que qualquer tradução, mesmo que o tradutor se esforce, carrega em si vestígios de sua realização: o tempo, a história, as circunstâncias, os objetivos e a perspectiva de seu realizador e, portanto, não pode ser apenas uma decodificação mecânica. Nas palavras de Arrojo (1992, p. 78):

Qualquer tradução denuncia sua origem numa interpretação, ainda que seu realizador não a assuma como tal. Nenhuma tradução será, portanto, “neutra” ou “literal”, será sempre inescapavelmente uma leitura. O fato de ser sempre e inevitavelmente uma leitura ou uma interpretação não constitui, entretanto, uma característica peculiar da atividade do tradutor: revela sim, um traço essencial de toda e qualquer atividade linguística e até mesmo de qualquer atividade humana.

O tradutor, entretanto, não poderá ser comparado a um leitor comum, porque, em seu meio cultural, ele passa a ser leitor privilegiado do texto que vai traduzir. No entanto, ainda que ele tenha essa posição diferenciada quando comparada a de um leitor comum, isso não quer dizer que o tradutor seja capaz de “[...] identificar, em absoluto, todo o inescrutável – e muitas vezes inconsciente – espectro das intenções comunicativas de um autor” (LAGES,

2002 p. 69).

Em realidade, pode-se dizer que a leitura do texto de partida, feita pelo tradutor, é diferenciada porque sua importância recai sobre seu próprio leitor, ou seja, o leitor que vai realizar a leitura do texto de chegada, ou traduzido. O processo tradutório, então, se daria a partir da leitura que o tradutor faz, com sua interpretação, sua carga histórica, social e cultural e depois com o tradutor, transmitindo aquela informação em outra língua. Não somente palavras, mas também questões culturais são contrastadas, quando da tradução, e, por isso, determinar as intenções originais de um autor, com base num texto isolado, pode ser uma tarefa quase impossível. Nas palavras de Bassnett (2003, p 50), “[...] o tradutor não pode ser o autor do texto fonte, mas enquanto autor do texto traduzido, ele tem uma inequívoca responsabilidade perante leitores do texto na língua de chegada [...]”

Geralmente, o tradutor trabalha de maneira a tentar superar os problemas da tradução, na medida em que eles vão aparecendo. Dessa forma, é preciso reconhecer a importância desse profissional. Não se trata de uma máquina, mas de um ser humano com antecedentes culturais, que trabalha com as operações linguísticas, e para tanto precisa ter um ótimo conhecimento das línguas envolvidas, mas também com a criatividade, para lidar com questões pragmáticas e culturais da língua. Conforme Rodrigues (1990, p. 124):

O tradutor não deve ser encarado como o elemento neutro que sempre busca resgatar as intenções de um autor, porque os dados mostram que ele é que julga e cria soluções. Mas também não pode se colocar o leitor como foco da interpretação. A homogeneidade das tendências principais não corrobora esta afirmação. Os pontos coincidentes nas diversas traduções mostram que o leitor não é tudo, e os pontos divergentes entre elas revelam que o texto original também não é tudo.

Pode-se entender que a relação entre o tradutor e língua não é estável e tampouco depende apenas do contexto em que está inserido. Não há modelo de tradução perfeito. É possível ser categórico, ao fazer esse enunciado, porque até hoje não se identificou uma técnica ou estratégia que conseguisse sobrepor todos os obstáculos que surgem a partir do momento em que se decide levar sentidos de uma língua para outra. No entanto, isso não impede que teóricos e estudiosos continuem pensando e criando, em busca de saídas para essa atividade tão complexa.

Conclui-se, aqui, uma breve exposição sobre algumas teorias que versam sobre estudos da tradução. Trata-se de princípios que norteiam aspectos diferentes do ato de traduzir: a importância da mensagem, do objetivo que se pretende alcançar com ela e do agente que vai levar de uma língua para a outra o sentido, isto é, o tradutor.

Se consideradas globalmente, a abordagem linguística, a funcionalista e aquelas que se focam no papel do tradutor não se entrelaçam, mas, caso se considere apenas as noções enfatizadas aqui, isto é, a equivalência (dinâmica), o *skopo* e a não invisibilidade do tradutor, juntos, podem compor uma abordagem que reflete acerca dos três pontos, elencados por Venutti (2000), como aspectos básicos da tradução: a natureza da mensagem, o objetivo do autor, e por consequência do tradutor e o tipo de público.

Com o diálogo entre essas várias abordagens, foi possível perceber que a noção de *equivalência dinâmica*, proposta por Nida (1964; 1989; 1991), é importante por estabelecer foco na mensagem do original e que esta deve ser passada para o texto alvo com a maior naturalidade possível. É uma noção que respeita o original na sua importância, mas que também respeita a tradução na sua particularidade, na medida em que defende que as escolhas do tradutor não precisem ser literais. Assim, pode-se dizer que a *equivalência dinâmica*, mais do que traduzir a mensagem, busca traduzir o sentido do original.

A noção de *skopos*, por sua vez, também se mostra importante, porque coloca foco na função, tanto do texto original como da tradução. Trata-se de uma abordagem interessante, porque, a depender do propósito do autor, e também do tradutor, as escolhas, para que a mensagem original seja traduzida, podem se modificar. Por exemplo, os enunciados humorísticos, foco de análise desta dissertação, têm o objetivo claro de fazer rir, ou de passar uma mensagem absurda, colocada pelo Locutor, como define Ducrot (1990). Se o tradutor não se focar nessa função, não haverá tradução de um enunciado humorístico.

E, por fim, o papel do tradutor converge com essas duas abordagens no sentido de que sua importância nesse processo deve ser valorizada e não escondida, no mito da invisibilidade do tradutor como prova de uma boa tradução. Ele é o agente desse processo e deve ser criativo, tem de ter conhecimento adequado das línguas e culturas envolvidas, para interpretar a mensagem do original, estabelecer sua função e, por fim, traduzir.

Portanto, já existem noções que norteiam o processo tradutório. O que falta é um modelo de análise do texto original para que se descubra o sentido global e que seja constantemente uma referência para o tradutor, assegurando-lhe a possibilidade de escolher estratégias mais adequadas para a tradução, visando equivalência de sentido e/ou de função. O próximo capítulo explora a ADL/TBS, de forma a apresentar seus fundamentos e fases, na tentativa de propô-la como um modelo linguístico para análise de enunciados humorísticos em que estejam presentes a homonímia ou a polissemia.

3 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: FUNDAMENTOS E FASES

Este capítulo se dedica à apresentação da teoria da Argumentação na Língua (ADL), seus fundamentos e fases até chegar à terceira e mais atual etapa, chamada Teoria dos Blocos Semânticos, hoje desenvolvida por Ducrot e Carel. A ênfase desta pesquisa é dada à terceira fase. No entanto, é fundamental que se explique brevemente como surgiu a teoria, por que ela chegou a ter três fases e como cada uma se diferencia entre si.

Criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe em 1983, a teoria da Argumentação na Língua (ADL) surgiu como uma teoria que se opõe ao conceito tradicional de sentido em que geralmente se diferenciam três formas de indicações: as objetivas (representam a realidade, ou seja, denotação), subjetivas (apontam a ação do locutor frente à realidade) e intersubjetivas (representam as relações do locutor com seus interlocutores). As duas últimas seriam o que se chama de conotação. Ducrot e Anscombe (1983) acreditavam que a linguagem não tinha um aspecto denotativo, ou seja, que pudesse descrever a realidade diretamente. Também não acreditavam que os enunciados dessem acesso direto à realidade.

Na verdade, para eles, a descrição da realidade se dá com a junção das indicações subjetivas e intersubjetivas, formando o que se chama valor argumentativo dos enunciados ou das entidades linguísticas, que seria a orientação que uma dada palavra dá para o discurso. O valor argumentativo é, portanto, o conjunto de possibilidades de continuações discursivas que surgem a partir do emprego de uma dada expressão, sendo assim, o nível fundamental da descrição semântica. Nas palavras de Ducrot:

De fato, a meu ver, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo desta palavra é o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. [...] o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela pode desempenhar no discurso (DUCROT, 1990 p. 51).⁶

Dessa forma, é possível compreender a ADL como sendo uma teoria estruturalista que acredita que o sentido de uma dada entidade linguística está na própria língua e, por isso mesmo, é considerada uma teoria do enunciado.

Acerca destes termos, Ducrot (1987) afirma que a enunciação é a realização de um

⁶ En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra ES el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina. [...] el valor argumentativo de una palabra ES el papel que pueda desempeñar en el discurso (tradução nossa).

enunciado, o qual não pode ser confundido com o termo frase. O autor diz:

O que eu chamo de “frase” é um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase (DUCROT, 1987 p. 164).

Para Ducrot (1990) o enunciado, ao contrário, é uma das várias realizações de uma frase, sendo que se pode observá-lo, quando se ouve alguém falando. Trata-se de uma realidade empírica. Não se podem observar frases, apenas enunciados. No entanto, reconhece-se no enunciado um conjunto de frases, em que cada uma delas pode ser dita de forma diferente. Analisar cada frase por trás dos enunciados é fazer gramática. Já a linguística se ocupa de descrever as imagens da enunciação, mostradas pelo enunciado.

Para Ducrot (1987) todos os enunciados portam uma qualificação de sua enunciação, o que conforma o sentido do enunciado. Já a frase carrega em si significação. Sentido e significação diferem entre si, porque o primeiro pertence aos fatos observáveis. O fato que tem que ser explicado é que determinado enunciado tem sentido X, passível de interpretação X. A significação das frases é que dá conta da associação entre sentido e enunciado. Para Ducrot (1990, p. 58) “a significação da frase é uma espécie de ‘modo de emprego’ que permite o sentido dos enunciados”.⁷ Isso quer dizer que a significação é aberta, pois diz o necessário para encontrar o sentido do enunciado.

Ducrot (1987) não concebe que o sentido do enunciado seja a significação da frase com auxílio de aspectos da situação em que a enunciação aconteceu. O autor opta por representar a significação como instruções dadas às pessoas que interpretam os enunciados da frase, de maneira a ajudá-las a encontrar manobras necessárias à associação de um sentido a estes enunciados. Para o autor, o sentido é uma descrição da enunciação:

[...] o sentido é algo que se comunica ao interlocutor: estas descrições são pragmáticas na medida em que levam em conta o fato de que o sujeito falante realiza atos, mas realiza estes atos transmitindo ao interlocutor um saber – que é um saber sobre sua própria enunciação. [...] interpretar uma produção linguística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação (DUCROT, 1987 p. 173).

Ainda, com base nessa diferenciação entre frase e enunciado, e entre significação e

⁷ [...] la significación de la frase es una especie de “modo de empleo” que permite comprender el sentido de los enunciados (tradução nossa).

sentido, a ADL postula que é a partir de uma entidade linguística, e não de condicionantes pragmáticos, que se busca o sentido do enunciado. Quer dizer, trata-se de uma teoria do sentido, mas não do sujeito que produz o enunciado.

No que concerne ao sujeito do enunciado, faz-se necessário dizer que a ADL não investiga sua natureza ou o que ele tinha em mente quando realizou a enunciação, mas sim o sentido desse enunciado. Barbisan et al (2010, p. 175) explicam que o conceito de enunciação para Ducrot “não se prende ao ato em si, mas ao fato de que o enunciado aparece”. Portanto, a teoria não expressa interesse pelo sujeito que produz o enunciado, mas sim pelo sentido deste, que “é entendido como representação da enunciação, como confronto entre pontos de vista diferentes” (BARBISAN et al 2010, p. 175).

Para entender esse sentido, será necessário unificar os aspectos da linguagem que apontam a ação do locutor frente à realidade (subjativos) e aqueles que representam as relações do locutor com seus interlocutores (intersubjetivos), sem considerar que o sujeito é um ser de intenções, pragmático. É isso que confere à ADL seu caráter argumentativo. A noção de intencionalidade é baseada na confluência dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, que dão à ADL o estatuto da argumentação por princípio. Isso quer dizer que o sujeito é de intenções, porque sua enunciação acontece baseada nas intenções que ele tem ao enunciar. A ADL busca o *sentido* que provém desses enunciados, e não o sujeito, ou o que ele pensava quando produziu o enunciado. Para Ducrot (1990 p. 17), determinar o sujeito não deve ser um problema do linguista semanticista, pois “o que interessa é o que está no enunciado e não nas condições externas de sua produção”. Isto não significa que o autor acredite que um enunciado possa surgir de forma espontânea, sem um sujeito que busca comunicar algo, sendo este algo o sentido propriamente dito.

O que se aponta na teoria de Ducrot com essa junção dos aspetos subjativos e intersubjetivos é que o sentido está na própria língua, mas repousa sobre as intenções de um locutor que age sobre a vontade de um interlocutor. Entretanto, o que se analisa na ADL não é a intencionalidade do sujeito que realiza a enunciação, mas a maneira como as entidades linguísticas se articulam, resultando em um *sentido* que talvez reflita uma determinada intenção, e não outra. Barbisan et al (2010, p. 198) colocam que

A ADL é uma teoria semântica que se propõe a explicar o sentido construído pelo linguístico no uso da língua. Em vista disso, a tarefa que se impõe ao criador da teoria não é a de definir o sentido de entidades linguísticas isoladas, nem mesmo relacionadas paradigmaticamente em campos nocionais, mas a de compreendê-las em seu contexto linguístico, pelas relações de sentido que estabelecem com outras

entidades. Como semântica linguística, a ADL tem por objetivo explicar o sentido produzido essencialmente pelas relações sintagmáticas entre palavras, expressões, frases no uso da língua. É, portanto, uma semântica sintagmática.

É por isso, também, que se pode dizer que a ADL tem conexão a teoria de Saussure. Em capítulo do livro *Nouveaux regards sur Saussure: mélanges offerts à René Amacker* de Louis de Saussure, Ducrot (2006) explica que o estruturalismo saussuriano está próximo da ADL no que concerne ao conceito de valor e das relações entre os signos. No Curso de Linguística Geral (CLG), Saussure aponta que os signos são definidos uns em relação aos outros e que não faz sentido vê-los em si mesmos, ou sozinhos. O autor coloca que “o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (SAUSSURE, 2006, p. 135). É possível depreender do CLG que as relações entre os signos definem sua própria natureza e conformam a noção de alteridade. Em outras palavras, “[...] quase todas as unidades da língua dependem seja do que as rodeia na cadeia falada, seja das partes sucessivas de que elas próprias se compõem” (SAUSSURE, 2006, p. 148). Dessa forma, Ducrot (2006, p. 160) admite que a ADL se aproxima de Saussure, pois também considera que o “[...] significado de um signo é um certo conjunto de relações entre signos⁸” e a relação escolhida é a sintagmática, e não a paradigmática.

No entanto, há alguns aspectos da teoria saussuriana que se afastam da ADL. Para Saussure (2006), a linguagem é constituída pela *língua*, definida como o lado social da linguagem, o conjunto de convenções, e a *fala*, o lado individual, a utilização da *língua* pelos falantes. Embora Saussure admita que uma parte não exista sem a outra, e também que seja necessário existir uma linguística da fala, no CLG, o objeto da Linguística é discutir a *língua*. A ADL, por sua vez, não concebe esta separação e afirma que não é possível fazer a descrição semântica de um enunciado considerando-se somente *língua*. É preciso que se analise também *fala*. Ducrot unifica os dois conceitos para criar uma Semântica Linguística.

Outro aspecto que distancia a ADL do estruturalismo de Saussure é que, apesar de convergirem no que concerne às relações entre os signos, para Ducrot tais relações são estritamente argumentativas, de forma que qualquer palavra ou expressão só terá sentido completo depois das conclusões que se evocam delas, da orientação que ela dá ao enunciado a partir da conformação de encadeamentos argumentativos. De acordo com Graeff,

É ideia central da ADL que uma conclusão não se explica apenas a partir do fato expresso por um segmento A, mas por meio da forma linguística de A, o que

⁸ [...] le signifié d'un signe est un certain ensemble de rapports entre signes (tradução nossa).

significa que a argumentação está marcada na própria língua, inscrita na frase, que é entendida como uma estrutura abstrata, cuja significação contém instruções para decodificar o sentido dos enunciados possíveis (GRAEFF, 2011, p. 215).

Além disso, Ducrot considera o enunciado como objeto, utilizando um método de análise que toma como base o princípio saussuriano fundamental de que o valor de um signo vem da sua relação com outros signos. Tal concepção permanece ao longo da trajetória da ADL, porém, com algumas alterações de uma fase para outra. As subseções a seguir se ocupam em detalhar cada uma das fases, seus fundamentos e as razões de tais transformações.

3.1 FASES DA ADL

Como mencionado no capítulo 1, a teoria da Argumentação na Língua surgiu em 1983, como uma proposta de Ducrot e Anscombre. Desde então, a sua trajetória compreende estudos que foram modificando certos conceitos, a fim de tornar a ADL uma teoria cada vez mais eficaz. Sua essência argumentativa, que postula que o sentido provém da língua pela língua permanece ao longo das três fases. No entanto, alguns elementos são extraídos, outros são adicionados até chegar à Teoria dos Blocos Semânticos, fase atual da ADL, desenvolvida por Ducrot e Carel.

3.1.1 ADL *Standard*

A primeira fase é chamada de forma *standard*, apresentada a partir da obra *L'argumentation dans la langue* (1983), que apresentava, entre outros aspectos, que enunciados poderiam ser interpretados a partir de encadeamentos feitos em *donc* (portanto).

A forma *Standard* opõe-se à concepção tradicional de argumentação, por acreditar que ela continha equívocos. Ducrot (1990) aponta que a concepção tradicional considera que a argumentação acontece a partir de três condições: na primeira, o discurso deve conter dois segmentos, A e C em que A é o argumento e C, a conclusão; na segunda, A indica um fato H e por isso pode ser considerado falso ou verdadeiro, independentemente de C; e por fim, há relação de implicação entre C e H, no sentido de que a conclusão C pode ser deduzida a partir de A. Trata-se do caso dos silogismos, em que a verdade das premissas leva à conclusão daquilo que se quer fazer crer verdadeiro.

Para o autor, essas três condições indicam que o papel da língua na argumentação fica

bastante reduzido, afinal, apesar de o fator linguístico explicar a indicação que A faz a H, ele fica por fora da argumentação que está na ligação entre H e C. Nesta ligação, utiliza-se a lógica, o silogismo, e até mesmo conhecimentos prévios, mas não a língua em si.

Dessa forma, a fim de apresentar uma alternativa à concepção tradicional de argumentação para analisar enunciados, Ducrot e Anscombre (1983) criam a ADL, propondo que as palavras não têm sentido completo antes das possíveis conclusões que podem ser tiradas delas. Nas palavras de Ducrot, “quando um discurso contém dois segmentos, dos quais um é o argumento e o outro é a conclusão, os dois segmentos constituem um só enunciado e isto porque o argumento somente tem sentido a partir da conclusão” (DUCROT, 1990 p. 75). Isso implica assumir que as possibilidades argumentativas de um dado enunciado não estão determinadas pelo fato (H), mas pela forma linguística em si, que pode impor uma argumentação e não outras, o que confirma o caráter estruturalista da ADL e determina o que Ducrot chama de *valor argumentativo*. Ducrot coloca que:

[...] Para nós, com efeito, a argumentação está marcada na língua, quer dizer, nas frases em si da língua. Se tratarmos de expressar tal ideia valendo-nos da concepção instrucional que temos dado à significação, podemos formular a tese geral da teoria dizendo que a significação das frases contém em si mesmas instruções como estas: busque qual é a conclusão que tem o locutor. Por outro lado, a significação dá indicações sobre o que deve ser a conclusão, quer dizer que exerce uma espécie de coação para impor o que deve ser a conclusão (DUCROT, 1990 p. 82)⁹.

Outro aspecto fundamental para a ADL em sua primeira fase, e que a diferencia da concepção tradicional de argumentação, é o fato de que, para a teoria, a significação das frases deve ser aberta, para que o interpretante possa descobrir as conclusões contidas no enunciado, em seu sentido. Para tanto, Ducrot (1990) mostra que existem certas expressões que têm seu próprio valor argumentativo, são as chamadas *Expressões Argumentativas* (EA), isto é, tais expressões determinam por si mesmas o argumento do enunciado a ser analisado.

Primeiramente, o autor destaca que existe a categoria de palavras plenas (adjetivos, substantivos, verbos) em oposição à categoria de palavras gramaticais (conjunções ou advérbios). As EAs estão na categoria de palavras plenas. O exemplo que Ducrot (1990)

⁹ Para nosotros en efecto, la argumentación está marcada en la lengua, es decir en las frases mismas de la lengua. Si tratamos de expresar esta idea valiéndonos de la concepción instrucional que hemos dado a la significación, podemos formular la tesis general de la teoría diciendo que la significación de las frases contiene en sí misma instrucciones como éstas: busque cuál es la conclusión a la que tiende el locutor. Por otra parte, la significación da indicaciones sobre lo que debe ser la conclusión, es decir que ejerce una especie de coacción para imponer lo que debe ser la conclusión (tradução nossa).

utiliza para explicar melhor a definição de EA é o par de adjetivos *econômico* e *avaro*. Observe os enunciados a seguir:

- (1) João me agrada muito, ele é econômico.
- (2) João me agrada muito, ele é avaro.

Ainda que *econômico* e *avaro* definam a qualidade de alguém que gasta pouco, o uso de *econômico* é considerado uma virtude, enquanto que *avaro* não o é. Ducrot (1990) explica dizendo que tanto *econômico* como *avaro* têm o mesmo potencial argumentativo em uma dada situação. Por potencial argumentativo entende-se o conjunto de enunciados que podem servir de conclusão. Por exemplo, quando se diz que os enunciados X e X' têm potencial argumentativo diferente entende-se que se pode continuá-los discursivamente com conclusões diferentes. Entretanto não podem se apoiar na mesma argumentação. Por exemplo, *avaro* não pode ser um elogio, enquanto *econômico* pode. O fato colocado em questão em ambas as frases é *gastar pouco*, eles descrevem a mesma realidade, no entanto, somente este fato não é suficiente para chegar a conclusões. De modo que, caso se utilize *econômico*, indica-se uma intenção, enquanto o emprego de *avaro* indica outra.

Há também o que Ducrot (1990) categoriza como *operadores de frases*, que são palavras que, quando colocadas em um enunciado, produzem outro. Como exemplo, o autor utiliza a palavra *pouco*, nos enunciados a seguir:

- (3) Pedro está *pouco* atrasado.
- (4) Pedro está *um pouco* atrasado.

Para Ducrot (1990), nesse caso, os dois enunciados possuem potenciais argumentativos muito diferentes, embora, factualmente, *estar um pouco atrasado* e *estar pouco atrasado* quase não se distinguem relativamente à quantidade de atraso. No entanto, a (3) pode-se encadear DC *isso não tem importância*, enquanto a (4), se encadearia DC *isso tem importância*. *Pouco* e *um pouco* conduzem a conclusões argumentativas contrárias. O autor explana que

A diferença argumentativa não pode explicar-se por uma diferença fatural já que [...] não há diferença fatural entre as duas expressões, pouco e um pouco. Eu disse que estas duas frases descrevem o mesmo fato, portanto podemos justificar a diferença

argumentativa dizendo que existem diferenças factuais. [...] a diferença argumentativa não se deduz de uma diferença factual, ainda que esta definição de EA autorize a existência de uma diferença factual. Simplesmente a definição exige que a diferença factual não explique a diferença argumentativa (DUCROT, 1990 p. 86, 87)¹⁰.

Com o exemplo acima, Ducrot (1990) reafirma a importância do valor argumentativo e que este não pode ser retirado de uma diferença factual. Em realidade, o autor acredita que este aspecto factual das palavras não passa de uma ilusão que pode ser explicada através da argumentação, um aspecto mais profundo.

A fase *Standard* compreendeu, então, o início dos estudos em argumentação na língua. Com esta teoria, Ducrot e Anscombe lançaram os fundamentos da ADL que abandonam as concepções tradicionais de sentido e de argumentação, quando postulam que os argumentos não passam à conclusão a partir da lógica, mas sim com o apoio das chamadas Expressões Argumentativas, inscritas na língua pelo locutor, a fim de mostrar sua conclusão, o que reafirma o caráter aberto e instrucional de significação das frases, afinal, o mesmo argumento poderia levar a diversas conclusões diferentes. Além disso, com a ADL, os autores reformulam a noção de argumentação, ao dizer que ela está marcada na própria língua.

No entanto, na ânsia de tentar reconhecer as Expressões Argumentativas e seus limites impostos aos enunciados, e com a impossibilidade de encontrar um ponto comum entre todas estas EAs a partir das conclusões, isto é, a partir do questionamento de como se dá o processo de passagem do argumento à conclusão, Ducrot e Anscombe acharam necessário adicionar outro conceito, diferente de *conclusão*. Assim, as noções de polifonia e de *topos* foram adicionadas à fase *Standard* e surgiu, então, a segunda fase, também chamada de *Recente*, ou *Standard Ampliada*, foco da próxima seção.

3.1.2 Fase *Standard Ampliada*

A segunda forma da ADL é considerada uma ampliação da primeira por ter agregado as noções de polifonia e de *topoi*. O primeiro termo originalmente se refere a um modelo de

¹⁰ La diferencia argumentativa no puede explicarse por una diferencia factual puesto que [...] no hay diferencia factual entre las dos expresiones poco y un poco. Decía que estas dos frases describen el mismo hecho, por lo tanto no podemos justificar la diferencia argumentativa diciendo que existen diferencias factuales. [...] la diferencia argumentativa no se deduce de una diferencia factual, aunque esta definición de EA autorice la existencia de una diferencia factual. Simplemente la definición exige que la diferencia factual no explique la diferencia argumentativa (tradução nossa).

composição musical, na qual diferentes partituras se sobrepõem. Mikhail Bakhtin o tomou emprestado para descrever tipos de obras literárias em que existem “vários personagens que se apresentam por si mesmos, como as máscaras do carnaval”¹¹ (DUCROT, 1990, p. 15), quer dizer, não há a voz do autor delimitando o que o leitor deve pensar de cada personagem, bem como o sentido global da obra depende do confronto entre as personagens. Ducrot (1990), por sua vez, adapta a noção de polifonia à análise linguística colocando que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas “põe em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens”¹² (1990, p. 16). Entende-se, assim, que o sentido global de um enunciado surge como o confronto entre as vozes dessas personagens, desses sujeitos que podem ser de três naturezas distintas: o Sujeito Empírico (SE), o Locutor (L) e os Enunciadores (E). Surge assim, a *Teoria Polifônica da Enunciação*.

Ducrot (1990) explica que o Sujeito Empírico (SE) é o autor, o produtor do enunciado. Determiná-lo pode ser uma tarefa difícil, no entanto, não deve ser a preocupação primordial do linguista semanticista. Este deve se preocupar com o sentido do enunciado, e não com situações externas a ele. O Locutor (L), por sua vez, é considerado aquele a quem se atribui a responsabilidade de enunciar, aquele que apresenta marcas no enunciado como as da primeira pessoa (eu, me, mim), de lugar (aqui), momento (agora). O L pode ser muito diferente do SE, afinal trata-se daquele que tem o poder de fala. Por exemplo, objetos inanimados podem se tornar Locutores sem que haja necessidade de saber quem é o SE daquele enunciado.

A terceira natureza dos sujeitos do enunciado é o que Ducrot (1990) chama de Enunciadores (E), que não são pessoas propriamente ditas, mas sim pontos de vista abstratos colocados no enunciado pelo Locutor (L). Frente a esta caracterização, o autor coloca que:

Descrever o sentido de um enunciado consiste, a meu ver, entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a função locutor? A quem se atribui esta função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressados, quer dizer, quais são as diferentes funções de enunciator presentes no enunciado? A quem se atribuem eventualmente estas funções? (DUCROT, 1990 p. 19-20).¹³

Segundo Ducrot (1990), o Locutor (L) pode ser identificado através de enunciadores, porém, em sua grande maioria, ele os coloca quando produz sua enunciação e se mantém a

¹¹ [...] varios personajes que se presentan por sí mismos, como las máscaras del carnaval (tradução nossa).

¹² [...] pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes (tradução nossa).

¹³ Describir el sentido de un enunciado consiste, a mi juicio, entre otras cosas, en responder a diversas preguntas: el enunciado contiene la función locutor? A quién se le atribuye esta función? A quién se asimila el locutor?, cuales son los diferentes puntos de vista expresados, es decir cuáles son las diferentes funciones de enunciator presentes en el enunciado? A quien se atribuyen eventualmente estas funciones? (tradução nossa).

uma certa distância. Dessa forma, a Teoria Polifônica da Enunciação coloca que o primeiro elemento do sentido de um enunciado são os diferentes pontos de vista dos enunciadores. Em seguida, o sentido também tem como elemento a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores: ele se identifica com o ponto de vista colocado, concorda com ele ou se opõe a ele. Para ilustrar o papel dos enunciadores, Ducrot (1990) fala sobre o caso dos enunciados humorísticos, de extrema importância para esta pesquisa. O autor caracteriza o enunciado humorístico segundo três condições: tem de haver um ponto de vista que seja absurdo; este ponto de vista absurdo não é sustentado pelo locutor; não se expressam pontos de vista opostos ao absurdo. Nas palavras do autor, “quando um enunciado é humorístico significa que L apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rechaça sem apresentar nenhum outro ponto de vista suscetível de corrigir o primeiro” (DUCROT, 1990 p. 67).¹⁴ Dessa forma, um enunciado humorístico é também polifônico e depende do confronto entre as vozes contidas ali para que se alcance sentido. Um bom exemplo de análise de um enunciado humorístico é dado por Graeff (2007). A autora conta uma situação verídica em que uma menina de quatro anos de idade vai ao salão de beleza, acompanhada da mãe e da irmã mais velha. O cabeleireiro se aproxima com a tesoura e diz, dirigindo-se à mãe: *vou cortar dois dedos, está bem?* Antes que a mãe respondesse, a criança rapidamente esconde suas mãos e responde: *Só se for os teus, Celso!*

Na situação relatada, pode-se observar que existem dois locutores: um deles é o cabeleireiro que questiona sobre o corte do cabelo usando a expressão *cortar dois dedos*. O segundo locutor é a criança que responde com um enunciado absurdo, provocando, ainda que inocentemente, o riso. O enunciado absurdo, por sua vez, não é refutado por ninguém, completando-se a terceira condição para um texto humorístico.

Ducrot (1990) mostra que os enunciadores são considerados argumentadores porque expressam um ponto de vista com o qual o locutor pode, ou não, se identificar. Para o autor, “existe um ato de argumentação se o locutor se identifica com um enunciador que argumenta” (DUCROT, 1990, p. 99).¹⁵ Para tanto, é preciso que se satisfaçam duas condições.

A primeira delas aponta que o enunciador E justifica, apoia, uma dada conclusão r sobre a realidade. Essa conclusão r pode se dar de duas formas diferentes: explícita ou implicitamente no enunciado. A partir daí, tem-se quatro possibilidades: 1) a conclusão r está

¹⁴ Cuando un enunciado es humorístico significa que L presenta un punto de vista absurdo que él mismo rechaza sin presentar ningún otro punto de vista susceptible de corregir el primero (tradução nossa).

¹⁵ [...] hay acto de argumentación si el locutor se identifica con un enunciador que argumenta (tradução nossa).

explícita, é assumida pelo locutor; 2) a conclusão *r* está implícita, mas o locutor a assume mesmo assim; 3) a conclusão *r* está implícita e o locutor não a assume (acontece nos casos em que se encontra a conjunção adversativa *mas*) e, por fim, 4) a conclusão *r* está explícita, porém não é assumida pelo locutor, como é o caso dos enunciados irônicos (DUCROT, 1990).

Já a segunda condição tem a ver com o trajeto que o enunciador *E* faz até chegar a conclusão *r*. Para Ducrot (1990), esse trajeto se dá por meio de princípios argumentativos chamados *topos*. Este termo já aparece em Aristóteles, mas, segundo definição de Ducrot e Anscombe, trata-se de elementos linguísticos que permitiam ir do argumento à conclusão sob a forma “*quanto mais verossímil é o que se diz no argumento, mais verossímil é o que se diz na conclusão*” (CAREL; DUCROT, 2005, p 12). Ducrot exemplifica da seguinte forma:

Segundo a teoria dos *topoi* [...] o encadeamento argumentativo *o hotel está perto, portanto é fácil chegar* se baseia no princípio *quanto mais perto está um lugar, mais fácil se chega a ele*, e vice-versa; o encadeamento *o hotel está longe, portanto é difícil chegar* se baseia no princípio *quanto mais longe está algo, mais difícil é seu acesso*. Ao introduzir estes *topoi*, Jean-Claude Anscombe e eu baseávamos as relações argumentativas em princípios que não são de ordem linguística (CAREL; DUCROT, 2005, p 13).

Em outras palavras, a argumentação passou a ser baseada em elementos da realidade em que, no processo argumentativo, a passagem do argumento à conclusão acontece mediante um *topos*. O princípio da argumentação passa a atuar em função de garantias, e não mais de conclusões. A segunda fase da teoria da Argumentação na Língua, então, não estabelece a argumentação em termos de conclusões, mas do que acontece, quando se passa do argumento à conclusão. Dessa forma, ainda que os argumentos levem à mesma conclusão, o caminho que eles percorrem não é o mesmo.

O *topos* tem três características: é universal ou comum, geral e gradual. A primeira delas diz respeito ao fato de que os *topoi* devem ser mostrados no discurso como algo compartilhado pela comunidade linguística da qual o enunciador, que pode ser também o locutor, faz parte. Ou seja, assim como acontece com o signo de Saussure, o *topos* deve ser compartilhado por um grupo, sendo a representação das crenças de uma comunidade.

A segunda característica, ou seja, *generalidade*, diz respeito à possibilidade de um *topos* ser aplicado a muitas situações similares. Tal propriedade de poder ser usado em várias situações indica que argumentar é integrar o estado de coisas particular de que se fala a uma categoria muito mais geral e para a qual o *topos* utilizado é igualmente válido. Ducrot (1990) coloca que a segunda característica está ligada à primeira: se um *topos* for comum, também

será geral, uma vez que será apresentado pela comunidade linguística em questão como algo compartilhado.

Já a terceira característica se refere à gradualidade dos *topoi*. Quer dizer, o *topos* apresenta duas escalas entre as quais estabelece uma relação do tipo, mas não restrito a, “quanto mais P, mais Q”, ou ainda “quanto menos P, menos Q”, que são o que Ducrot (1990) chama de Formas Tópicas. Tal relação acontece igualmente para as duas escalas graduais e descarta outros fatores argumentativos que possam aparecer.

Para exemplificar, Ducrot (1990) coloca em oposição os adjetivos *generoso* e *gastador*, que parecem poder qualificar alguém que gasta muito. No entanto, quando utilizadas num discurso, é possível perceber que o primeiro é utilizado de forma positiva e o segundo de forma negativa. Dessa forma, é possível depreender que *generoso* e *gastador* não só não podem ser sinônimos, como também evocam *topoi* opostos. Isto só acontece porque existem as Formas Tópicas (FT) que estabelecem gradações valorativas para o verbo gastar. Assim:

FT1: Quanto mais gasta, mais valorizado – generoso

FT2: Quando mais gasta, menos valorizado – gastador

Para o autor, não fossem as Fts, haveria apenas a noção denotativa de cada adjetivo. No entanto, é preciso entender que adjetivos de maneira geral expressam a opinião, a ideologia daquele que fala. Dessa forma, com a noção de *topos* e de FT, Ducrot insere a argumentação na própria descrição do objeto analisado e ainda coloca que:

O objeto é, por assim dizer, captado, apreendido de maneira argumentativa. Já não se reserva, por conseguinte, a argumentação para a conotação, quer dizer, para a expressão das opiniões do *locutor*: pelo contrário, a argumentação forma parte da apresentação em si do *objeto* do qual se fala, faz parte da constituição dos objetos do discurso através do discurso (DUCROT, 1990 p. 140)¹⁶.

Percebeu-se, então, que tais possibilidades de argumentação não são externas ao enunciado, mas, pelo contrário, internas e dizem respeito aos elementos semânticos que formam seu sentido (GRAEFF, 2011). Em outras palavras, passou-se a estabelecer relações

¹⁶ El objeto ES, por decirlo así, captado, apreendido de manera argumentativa. Ya no se reserva, por consiguiente, la argumentación para la connotación, es decir para la expresión de las opiniones del *locutor*: por el contrario la argumentación forma parte de la presentación misma del *objeto* en el habla, hace parte de la constitución de los objetos de discurso a través del discurso. (Tradução nossa)

argumentativas a partir de princípios que não eram linguísticos, mas sim estavam ligados ao mundo.

Em 1995, Carel percebeu que o rumo tomado pela ADL, ao empregar a noção de *topoi*, estava se distanciando do princípio saussuriano que defende que a língua só pode ser estudada por ela mesma. A ADL havia surgido com o intuito de determinar que o sentido é proveniente da argumentação que as entidades linguísticas permitem ou interditam, e esta seria um fenômeno puramente linguístico. No entanto, quando se estabelece que as relações argumentativas dependem de princípios ligados ao mundo, estas relações não mais são de cunho linguístico. Dessa forma, Carel escreveu sua tese, fazendo uma crítica à ADL e criando assim a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), hoje também desenvolvida por Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005).

3.1.3 A Teoria dos Blocos Semânticos

Para a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), o sentido de uma entidade linguística não está nas ideias que esta entidade venha a carregar, nem mesmo no que se chama sentido dicionarizado. Em realidade, a TBS afirma que o sentido de uma dada entidade linguística constitui-se por discursos que essa mesma entidade evoca. Tais discursos são chamados de encadeamentos argumentativos. Um encadeamento argumentativo pode ser formado por dois segmentos que estão sempre ligados por um conector do tipo *donc* (portanto, ou DC), formando um encadeamento normativo; ou *pourtant* (mesmo assim, ou PT), formando um encadeamento transgressivo. A fórmula geral dos encadeamentos está demonstrada logo abaixo (Figura 1).

Para a TBS, assim como era para a ADL, o sentido de uma entidade linguística não está nas propriedades, nem nas ideias, mas sim, constitui-se por discursos que essa entidade linguística evoca. Porém, diferentemente da ADL, que considerava apenas os encadeamentos do tipo *donc*, a TBS estabelece que um encadeamento argumentativo pode ser formado por dois segmentos que estão ligados por um conector do tipo *donc* (portanto) ou *pourtant* (mesmo assim). A fórmula geral dos encadeamentos é o que demonstra a figura 1.

X CONECTOR Y

Figura 1 – fórmula geral dos encadeamentos

Tal oposição, normativo versus transgressivo, é intrínseca às palavras, até mesmo daquelas que não parecem ter relação com a ideia que carrega o uso de *donc* (portanto) e *pourtant* (mesmo assim), representados respectivamente pelas siglas DC e PT. Para ilustrar esta diferenciação, faz-se necessário reproduzir um dos exemplos utilizados por Ducrot e Carel (2005):

(1) Ih, Pedro está aí.

(2) Claro, Pedro está aí.

Apesar de não parecer, as expressões *Ih* e *Claro* são representadas pela oposição normativo/transgressivo. Em (1), é possível perceber que Pedro está lá, mas, por alguma razão, não deveria estar. Utilizando a fórmula geral:

X mesmo assim Pedro está aí.

Já em (2), pode-se entender que há algum motivo para que o Pedro esteja lá. Dessa forma:

X portanto Pedro está aí.

Nos dois encadeamentos exemplificados acima, X é um segmento que esclarece por que Pedro não deveria estar ali, ou, ao contrário, deveria. Poderíamos substituí-lo por qualquer entidade linguística que mantivesse a ideia que *portanto* (DC) e *mesmo assim* (PT) estabelecem. Por exemplo:

Não foi convidado MESMO ASSIM Pedro está aí.

Ou ainda:

Foi convidado PORTANTO Pedro está aí.

Sobre essa particularidade, Ducrot e Carel (2005), ao explanarem sobre a TBS, mostram que:

[...] nos dois tipos de encadeamentos [normativos e transgressivos] se manifesta um fato fundamental, a saber, que cada um dos seguimentos encadeados toma somente seu sentido na relação com o outro. Este fenômeno é o que chamamos de interdependência semântica (CAREL; DUCROT, 2005 p. 16).

Tal interdependência semântica encontra-se no fato de que, num encadeamento do tipo X portanto Y, o segmento X se compreende pelo segmento Y e vice-versa, eles dependem um do outro para que haja sentido. É importante frisar que um encadeamento argumentativo não é uma ligação entre duas informações, porque o que importa nesse tipo de encadeamento é o conector, que cria a relação discursiva, atribuindo sentido argumentativo a um dado enunciado.

3.1.3.1 Os Blocos Semânticos

Como visto anteriormente, o sentido de uma entidade linguística está nos discursos que ela evoca, ou seja, nos encadeamentos argumentativos que ela forma. Também já foi mencionado que tais encadeamentos são constituídos por dois tipos de conectores, o que resulta em dois tipos diferentes de encadeamentos, a saber, o normativo e o transgressivo, cuja fórmula geral já foi demonstrada na figura 1 acima.

Ao segmento X chamamos de A e ao Y, de B. Tais segmentos podem ou não estar acompanhados de negação. A partir de A e B, podem-se construir oito conjuntos de encadeamentos denominados aspectos argumentativos, que se agrupam em dois blocos semânticos, sendo quatro aspectos para cada bloco. Ainda com relação aos aspectos de cada bloco, o que lhes é particular é que a interdependência semântica entre A e B é a mesma para os quatro aspectos de um bloco (CAREL; DUCROT, 2005). Para ilustrar, os blocos conformariam a seguinte imagem:

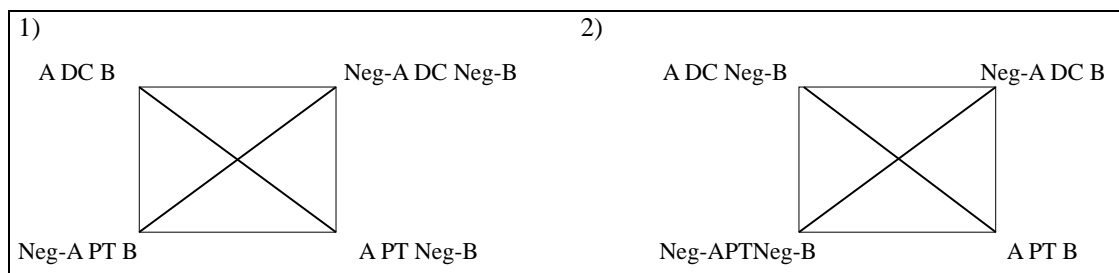


Figura 2 – blocos semânticos

Em cada um dos quatro ângulos dos blocos, podem-se ver as descrições que

permitem suposições sobre as relações discursivas entre os termos. Para Carel e Ducrot, são necessários dois blocos porque os aspectos do primeiro bloco, representado pelo número 1, estão interligados à medida que os segmentos A e B são reciprocamente influenciados por sua presença no encadeamento. Os quatro aspectos representados no bloco 2 conformam outros encadeamentos, também diferentes dos que compõem o primeiro pelo mesmo motivo: “a influência de A sobre B e de B sobre A é distinta em cada bloco” (CAREL; DUCROT, 2005). A relação entre os blocos apresentará três possibilidades de interpretação do enunciado: ou haverá mudança de sentido, ou um dos blocos não terá sentido algum ou, ainda, um dos blocos será doxal e o outro paradoxal.

As relações discursivas entre os ângulos do quadrado, ou bloco argumentativo, conforme Ducrot (2005) seriam, como demonstra a Figura 3:

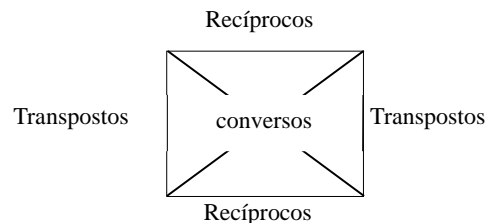


Figura 3 – Bloco semântico e as relações entre os ângulos

- relação de conversão – que une os ângulos diagonalmente opostos; esta relação permite que um aspecto seja contestado pelo outro, como se um fosse verdadeiro e o outro falso, não necessariamente o contrário. Por exemplo: *É fácil DC acerta* – sentido argumentativo de *não-tolo* / *É fácil PT não acerta* – sentido argumentativo de *tolo*;

- relação de reciprocidade – que une os dois ângulos de cima ou de baixo do quadrado; é uma relação que estabelece exatamente o contrário do que foi dito por um dos aspectos. Ex: *É fácil DC acerta* - sentido argumentativo de *não-tolo* / *É difícil DC não acerta* – sentido argumentativo de *não-inteligente*;

- relação de transposição – que une os ângulos do lado direito ou do lado esquerdo do quadrado; uma relação que troca o conector e nega o primeiro termo. Ex.: *É fácil DC acerta* - argumentação de *não-tolo* / *Não é fácil PT acerta* – argumentação de *inteligente*;

Os encadeamentos em cada ângulo do bloco são, portanto, descrições argumentativas das entidades linguísticas que permitem prever as relações discursivas existentes entre os quatro ângulos. O exemplo usado para explicar as relações citadas acima estabelece diferentes relações discursivas para as palavras *fácil* e *acertar*, de forma que, dependendo do conector

(DC ou PT) ou se se usa a negação, é possível chegar ao sentido tanto de *tolo*, como de *inteligente*, e ainda dos intermediários, já que *não-tolo* não significa necessariamente *inteligente* e vice-versa. De outro modo, outras palavras ou expressões poderiam substituir as do exemplo para que se pudessem buscar seus respectivos sentidos.

Com relação à questão doxal versus paradoxal, recentemente, Carel escreveu um artigo intitulado *Tu serás um homem, meu filho um prolongamento da doxa: o paradoxo* que apresenta algumas alterações para a TBS. De maneira geral, a Teoria continua mostrando que o sentido dos enunciados é argumentativo e não informativo, ou seja, não pode ser julgado como verdadeiro ou falso. No entanto, o que modifica com relação à teoria é que, antes, Carel e Ducrot defendiam que os aspectos argumentativos poderiam ser agrupados em dois blocos diferentes (como apresentado na Figura 2) em que um seria doxal e o outro paradoxal e, agora, “um mesmo bloco semântico [...] realiza-se de modo paradoxal como de modo doxal” (CAREL, 2013 p. 256). Para a autora, os aspectos ditos paradoxais têm diversas relações com os aspectos doxais, podendo ser de oposição, mas, ainda assim, serão relações graduais. Dessa forma, com esse novo estudo, entende-se que “o paradoxo não é um sistema de crença alternativo, em espelho com aquele ao qual nos habituamos; ele é, antes, um complemento, o desenvolvimento, o último prolongamento” (CAREL, 2013 p. 256). Nas palavras de Carel:

Percebi que, contrariamente ao que eu tinha dado a entender outrora, a gradualidade semântica não se deixa sempre descrever por aquilo que a TBS chama de transposição, que é uma das relações formais que se definem no interior desses grupos de quatro aspectos que eu chamava de “blocos semânticos”. Há, também, uma gradualidade fundamentada na justaposição de um aspecto doxal e de um aspecto paradoxal. Essa observação me levou [...] a remanejar o próprio conceito de bloco semântico. O par de aspectos cuja gradualidade se fundamenta na oposição entre o doxal e o paradoxal deve, de fato, ser integrado ao mesmo bloco, em razão da proximidade semântica dos encadeamentos que concretizam esses aspectos (CAREL, 2013 p. 269).

Para explicar como o paradoxo é um prolongamento da doxa, Carel (2013) parte da relação entre os ângulos do quadrado argumentativo (Figura 3) e explicita que “enquanto, de um bloco semântico a outro, os aspectos não são comparáveis [...], no interior de um mesmo bloco semântico, os aspectos mantêm entre si um parentesco que permite compará-los” (CAREL, 2013 p. 259). Dito de outro modo, os aspectos em blocos distintos não podem ser comparados, pois se trata de aspectos diferentes entre si. Já os aspectos de um mesmo bloco podem ser comparados e é aí que se encontram a doxa e o paradoxo. Para Carel (2013), um encadeamento doxal acontece, quando ele está relacionado a um aspecto argumentativo que

faz parte da significação de um de seus segmentos. Já o paradoxal é uma superposição aos aspectos ditos doxais e também está inscrito na língua, não tendo relação com o que a sociedade chama de paradoxal. Observe a Figura 4:

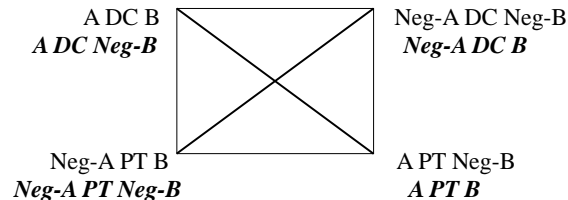


Figura 4

Na Figura 4, pode-se observar como se conforma a partir de agora a TBS: um mesmo bloco com oito aspectos, em que aqueles que estão em negrito e itálico, são ditos aspectos doxais. Esse bloco é chamado, então, de bloco estrutural, pois contém quatro aspectos doxais e quatro paradoxais. Para Carel:

Um último passo, porque essa apresentação dos blocos estruturais em quatro doxais e quatro paradoxais está ainda muito próxima do ponto de vista clássico que Ducrot e eu tínhamos sobre o paradoxo e que nos conduzia a compreender como um reflexo da doxa no interior de outro bloco semântico. Ora, se os quatro paradoxais mantêm entre eles as relações que mantêm os quatro doxais (o que dá o sentimento de que o paradoxo reflete a doxa), por outro lado, o grupo dos paradoxais não é globalmente o inverso do grupo dos doxais. Há, certamente, elos de oposição entre certos aspectos paradoxais e certos aspectos doxais, mas há igualmente elos graduais entre esses mesmos aspectos paradoxais e outros doxais (CAREL, 2013 p. 268 -269).

Para melhor compreender essa nova conformação, tome-se o exemplo utilizado por Carel (2013) *se tu podes ser duro sem jamais ser enraivecido*, retirado do poema de Kipling, *If*. Nele são colocadas em contraposição as palavras *duro* e *enraivecido* e pode-se evocar o seguinte aspecto argumentativo transgressivo para a palavra *duro*:

A faz sofrer PT X faz A

Trata-se de aspecto que está inscrito na própria significação de que uma pessoa dura pune quando necessário. Já a palavra *enraivecido* apresenta o seguinte aspecto normativo:

A faz sofrer DC X faz A

Nesse caso, o aspecto argumentativo dá sentido de crueldade, já que o conector DC (portanto) demonstra que X só pune porque quer ver sofrimento. Ao transpor esses aspectos

argumentativos para o quadrado da Figura 4, é possível perceber que eles não são transpostos, mas sim, que se trata de doxa e paradoxo em que *enraivecido* é paradoxal e *duro* é doxal. Pelo próprio posicionamento dos aspectos no bloco, entende-se que não são palavras contrárias, como antes Ducrot e Carel acreditavam ser, mas sim um “complemento no interior de um mesmo bloco semântico” (CAREL, 2013 p. 262). A gradualidade entre ambos os termos se encontra no fato de que no enunciado, espera-se que uma pessoa seja dura, mas nunca enraivecida. Dessa forma, é possível compreender que os oito aspectos de um bloco estrutural formam uma estrutura complexa que conecta doxa e paradoxo.

Entretanto, Carel (2013) também chama atenção para o fato de que nem sempre um aspecto vai ser doxal ou paradoxal. Trata-se do aspecto contextual. O exemplo que a autora traz em seu artigo é o aspecto COMER UM FILÉ DC ESTAR CONTENTE. Nesse caso, comer filé e estar contente não faz parte da significação um do outro, por isso não pode ser doxal. Também não pode ser paradoxal, pois COMER UM FILÉ DC NÃO ESTAR CONTENTE não está na significação de comer um filé. É contextual, pois vai depender do seu uso em si.

Dessa forma, é possível perceber que, de fato, o sentido de uma entidade pode ser apreendido a partir dos aspectos associados a esta entidade. A TBS vai ainda mais adiante para explicar que esta associação pode ser externa ou interna, de modo que toda entidade linguística possui dois tipos de argumentação, como se verá na próxima seção.

3.1.3.2 Argumentação Externa versus Argumentação Interna

Sabe-se que o sentido de uma entidade linguística é determinado por meio dos aspectos argumentativos que estão ligados a essa mesma entidade. Entende-se por aspecto, conjuntos de encadeamentos que partilham a mesma relação discursiva, ou seja, são interdependentes, exprimindo um único conteúdo argumentativo. É propósito desta seção, esclarecer como acontece esta associação entre a entidade linguística e seus possíveis encadeamentos para encontrar o sentido. A TBS estabelece que há dois tipos distintos de ligação entre uma dada expressão ou palavra e os aspectos que ela significa: uma externa e outra interna.

Quando a entidade linguística aparece no discurso que o aspecto argumentativo pressupõe, então se trata de uma argumentação externa (AE). Observem-se os exemplos dados por Ducrot e Carel (2005, p. 63):

2. Pedro é prudente, portanto estará seguro. → prudente DC seguro
3. Tem medo, portanto é prudente. → ter medo DC prudente

Os enunciados (3) e (4) apresentam categorias específicas de AE, sendo o primeiro deles um caso de AE à direita, pois a argumentação está conformada pela continuação de *prudente*, ou seja, *seguro*. Já o segundo é uma AE à esquerda, porque se trata do que precede a entidade linguística, no caso, *ter medo*.

A segunda característica de uma AE é que seus aspectos são sempre duplos. Dessa forma, se há um aspecto dessa AE em DC, haverá nessa mesma AE outro aspecto em PT + neg com os mesmos segmentos, e vice-versa. São chamados aspectos conversos: prudente DC seguro / prudente PT não seguro

De acordo com Ducrot e Carel (2005), a argumentação externa de uma determinada entidade linguística pode ser tanto estrutural quanto contextual. Uma AE é tida como estrutural quando faz parte da significação linguística, prevista pela língua. Como é o caso dos aspectos doxais e paradoxais. Assim os encadeamentos PRUDENTE DC SEGURO e PRUDENTE PT NÃO SEGURO são AE estruturais, porque fazem parte da significação de *prudente*, prevista pela língua. Em contrapartida, uma AE será contextual quando for a situação do discurso o que a vincula a uma entidade. Tome-se, mais uma vez, um exemplo dado por Ducrot e Carel (2005, p. 64):

4. É prudente, portanto merece que confiemos nele
5. É prudente, mesmo assim não merece que confiemos nele

A associação a ser feita nos dois enunciados acima depende da situação de cada um deles. A explicação que Ducrot dá é que caso se trate de um motorista, (5) cabe melhor à situação, pois ser prudente é o que se espera de alguém que dirija um carro. Porém, caso se trate de um guarda-costas, ser prudente não seria sua melhor característica, já que se espera de um segurança que esteja sempre pronto para defender seu cliente (CAREL; DUCROT, 2005). Neste caso, o enunciado que melhor descreve esta situação é o (6), pois este evoca o aspecto PRUDENTE PT NÃO CONFIAR.

A Argumentação Interna (AI) de entidade linguística, por sua vez, está constituída por aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam, reformulam, essa

mesma entidade. Ao contrário da AE, a AI não pode conter a entidade em questão como elemento constitutivo. No entanto, se a entidade linguística é, ela mesma, um encadeamento, esta entidade pode encontrar-se em sua própria AI, mas não pode ser um segmento. Também, não se encontrarão na AI aspectos conversos, como na AE, mas é possível encontrar aspectos recíprocos (vide figuras 2 e 3). Exemplo disso é a AI de *peneira* que contém encadeamentos normativos recíprocos: fino DC passa / não fino DC não passa.

Além das duas características citadas acima, como na AE, a AI pode ser de natureza estrutural ou contextual. Ela será estrutural quando for parte da significação linguística da entidade em questão. Ducrot e Carel (2005) exemplificam essa modalidade com a AI de *prudente* que pode ser PERIGO DC PRECAUÇÃO. Trata-se de uma AI estrutural porque é uma definição de prudente, prevista pela língua e a palavra *prudente* não está contida em nenhum dos segmentos. Por outro lado, a AI será contextual quando é a situação discursiva quem a produz, assim como para a AE. Por exemplo, PRUDENTE DC MERECE CONFIANÇA (CAREL; DUCROT, 2005).

Conclui-se aqui uma breve exposição sobre a Teoria dos Blocos Semânticos, na qual vimos que o sentido de uma entidade linguística está constituído por encadeamentos argumentativos que, por sua vez, estão associados a essa entidade. De fato, qualquer entidade linguística está associada a aspectos que são conjuntos de encadeamentos que compartilham a mesma relação discursiva. Foi visto, também, que essa associação se dá tanto por meio da argumentação externa como da interna e que ambas podem ser consideradas de natureza estrutural ou contextual. Os conceitos de encadeamento, aspecto, Argumentação Externa e Interna e blocos semânticos serão utilizados na análise, uma vez que se pretende estabelecer o sentido argumentativo dos enunciados humorísticos escolhidos para o *corpus* dessa pesquisa, e, com base nele, sugerir a tradução.

4 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se aos procedimentos metodológicos. Aqui serão detalhados aspectos da escolha e das etapas para análise do *corpus*.

4.1 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desta dissertação compõe-se de enunciados humorísticos, que apresentam entidades linguísticas homônimas ou polissêmicas. Foram escolhidas 5 piadas, duas em português e 3 em inglês, retiradas da internet. A escolha desse tipo de *corpus* ocorreu por tratar-se de um gênero textual que apresenta muitas dificuldades de tradução, tanto em nível linguístico, quanto em nível cultural.

Primeiramente, é preciso definir que um enunciado humorístico não necessariamente é uma piada. Ducrot (1990) explica que, para haver um enunciado humorístico, é preciso que se estabeleçam três condições, como já dito anteriormente. A primeira está relacionada ao fato de que o locutor põe um conteúdo absurdo. A segunda condição é que o locutor do enunciado não sustenta o conteúdo absurdo, da primeira condição. Por fim, ainda que o locutor não sustente o conteúdo absurdo, também não coloca um ponto de vista oposto a ele.

Em segundo lugar, é necessário tratar das definições de polissemia e homonímia para que a análise seja feita da melhor forma. Genouvrier & Peytard (1973) definem que há a polissemia, quando uma única palavra tem vários significados. Nas palavras dos referidos autores,

a polissemia é sentida pelo locutor no interior do estado de língua de que ele é contemporâneo; é uma noção essencialmente sincrônica. Corresponde a uma necessidade imprescindível para o bom funcionamento da língua: poderíamos, com efeito, idealizar uma língua onde todos os termos fossem monossêmicos (um sentido para cada palavra, uma palavra para cada sentido), mas isso incharia infinitamente o léxico, e o locutor não poderia guardar na memória as palavras indispensáveis à construção das mensagens mais variadas (GENOUVRIER & PEYTARD, 1973, p. 320).

A homonímia, por sua vez, se assemelha à polissemia porque também se trata de palavras com mais de uma significação. No entanto, na homonímia, “uma mesma realidade fônica pode corresponder a significações radicalmente diferentes” (DUCROT, 1995, p. 478)

¹⁷. Isto é, trata-se de palavras que tenham forma fônica semelhante e significados distintos. Às vezes acontece de uma palavra ter a mesma forma gráfica e fônica que a outra, são os chamados homônimos perfeitos.

Tanto a polissemia quanto a homonímia compreendem problemas de tradução. Trata-se de aspectos linguísticos e também culturais, o que dificulta, se o tradutor não tiver conhecimento do par de línguas e culturas envolvidas. Considerando a busca pela transposição da mensagem de uma língua para a outra, e que pode haver uma grande diferença cultural e linguística entre as línguas envolvidas, há situações em que não será possível a tradução, ou seja, não será possível que a mensagem do TF seja transposta para o TA. No entanto, tradutores e teóricos se empenham em tentar alcançar estratégias que distanciem cada vez mais o “fantasma da intraduzibilidade”. A ADL/TBS entra nesta dissertação como um auxílio linguisticamente motivado para o tradutor, pois se trata de uma teoria do sentido que se baseia na língua especificamente, como retratado no capítulo 3. O procedimento de análise e tradução com ajuda da ADL/TBS é explicado na próxima seção.

4.2 PROCEDIMENTOS

Para analisar e, posteriormente, propor solução para os problemas de tradução do *corpus*, com base na ADL/TBS, foi preciso dividir o processo em duas etapas distintas. O procedimento se repetiu para cada um dos enunciados humorísticos.

a) Análise argumentativa e descrição do caso

Para a análise argumentativa do *corpus*, a metodologia a ser seguida foi a sugerida por Barbisan et al (2010). Primeiramente, dividiu-se o enunciado humorístico em trechos, segundo critério de que sua leitura pudesse evocar um encadeamento argumentativo em DC ou PT. Após a leitura dos enunciados de cada trecho, identificaram-se os encadeamentos evocados pelas relações linguísticas e discursivas. Então, associou-se a cada encadeamento o aspecto do bloco nele expresso. Essa associação constrói as argumentações externa ou interna.

Com relação à homonímia, Ducrot e Carel (2005) a consideram um fenômeno que está intimamente relacionado com as possibilidades argumentativas das palavras. Dessa forma,

¹⁷ [...] à une même réalité phonique peuvent correspondre des significations radicalement différents (tradução nossa).

para cada expressão homônima ou polissêmica encontrada no *corpus*, tomou-se o cuidado de encontrar os encadeamentos necessários para entender quais sentidos estavam em jogo, pois era preciso explicitar o duplo sentido que havia ali e que era responsável pelo riso, bem como pelo problema de tradução.

b) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

Após a análise em que se construiu o sentido argumentativo global dos enunciados, a próxima etapa consistiu em traduzir cada texto humorístico. As sugestões de tradução aliaram tanto o conhecimento prévio que a tradutora tinha das duas línguas, a criatividade, mas se apoiou principalmente no suporte linguístico que a ADL/TBS fornece, pois se tenta construir aspectos argumentativos na LC que fossem equivalentes aos conformados na análise do enunciado na LP.

A análise argumentativa delimita as possibilidades de palavras ou expressões a serem usadas, pois é preciso que se encontre o termo na LC que vá ser equivalente ao sentido (e não à mensagem) e à função, demonstrando que as noções de equivalência e de *skopo* podem andar juntas, e nenhuma delas faz do tradutor um profissional que precisa se manter invisível.

5 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SUGESTÃO DE TRADUÇÃO DO *CORPUS*

Texto Fonte 1

L1 Have you heard about the guy who had an accident and lost his left arm and leg?
 L2 No, what happened?
 L1 He's ALL RIGHT now.

a) Análise argumentativa do TF 1 e descrição do caso

O primeiro sentido de *he's all right now*, construído pelo L2, pode ser obtido evocando-se o seguinte encadeamento argumentativo: *sofreu um acidente grave* PT *he's ALL RIGHT now*. Esse sentido é absurdo por dois motivos: primeiro porque é difícil crer que possa estar bem uma pessoa que tenha perdido o braço e a perna esquerdos, e segundo porque a resposta *he's all right now* não é adequada à pergunta “*o que aconteceu?*” Esse conteúdo absurdo pode ser expresso pelo encadeamento *ter perdido os membros do lado esquerdo* PT *he's all right now*. O L2 procura, então, um novo sentido para *he's all right now*. Entende, então que a resposta do L1 ao que acontecera no grave acidente, em que o rapaz perdera o braço e a perna esquerdos, é que ele só ficou com o lado direito, expresso no encadeamento *ter perdido os membros do lado esquerdo* DC *he's ALL RIGHT now*. Note-se, a esse propósito, que a expressão **all right** está em maiúsculas, revelando a necessidade de que seja lida como uma expressão marcada, destacada.

O humor é gerado pelo que se chama *homonímia perfeita*, ou seja, palavras escritas de forma semelhante ou igual, mas com sentidos diferentes, como pode ser observado no uso da palavra *right*, que pode ser *direito* e, ao mesmo tempo, *bem*.

Essa análise buscou ver as AE à direita de *he's all right now*. Com o encadeamento argumentativo foi possível precisar o sentido da expressão em foco. Observe-se que nem a abordagem linguística, nem a funcionalista dariam conta dessa tradução, sendo útil, portanto, a abordagem argumentativa.

a) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

Para a tradução, é preciso que se encontre um termo em português que tenha o mesmo

sentido argumentativo de *all right*; que, ao mesmo tempo, possa significar *ter perdido os membros do lado esquerdo* PT *he's ALL RIGHT now* e *ter somente os membros do lado direito* DC *he's ALL RIGHT now*. Além disso, para fins de se alcançar uma boa tradução de um texto humorístico, é preciso que não só haja equivalência de sentido, mas também que a função permaneça semelhante, ou seja, que resulte no riso, nesse caso, gerado pela polissemia que existe na expressão *all right*.

A tradução por nós sugerida é a seguinte:

L1 Você viu aquele cara que sofreu um acidente e perdeu o braço e a perna esquerdos?
 L2 Não, o que aconteceu?
 L1 Está TUDO DIREITO agora.

Na leitura da piada em português, o duplo sentido deve-se à expressão *está tudo direito agora*, que pode ser entendida tanto como *ter perdido os membros do lado esquerdo* PT *está tudo direito agora*, cujo sentido é absurdo, e *ter somente os membros do lado direito* DC *está todo direito agora*, significando que ele está só com o lado direito do corpo.

Ao procurar a tradução de *all right* em qualquer dicionário bilíngue, encontra-se *tudo bem*, que pode ser usado para questões de saúde e também para concordar. Entretanto, essas sugestões de tradução não são suficientes para completar o duplo sentido necessário para que a piada tenha graça. Dessa forma, foi preciso encontrar, em português, um termo que evoque igualmente o aspecto que define a ambiguidade resultante da homonímia perfeita, ou seja, **SOMENTE OS MEMBROS DIREITOS** PT **TUDO BEM**. A expressão *tudo/todo direito* é coloquial e usada, entre outras coisas, para denotar que algo está certo, bem e ainda se refere ao lado direito. Dessa forma, com a análise argumentativa, conclui-se que foi uma boa tradução, afinal, foi possível manter equivalência dinâmica de sentido entre a mensagem do Texto Fonte 1 e a da tradução e conseguiu-se atingir o objetivo final da piada que é fazer graça com o trocadilho *all right – right limbs* (tudo direito – membros direitos).

Texto Fonte 2

L1 O que o chão disse para a cama?
L2 Você tem pernas finas, mas um belo colchão.

a) Análise argumentativa do TF2 e descrição do caso

A primeira leitura da piada mostrada no Texto Fonte 2 possibilita evocar o encadeamento argumentativo *ter pernas finas* PT *ter um belo colchão*. Porém, essa leitura é rejeitada, porque se trata de um encadeamento que não cria um sentido único. Ou seja, não existe relação entre *ter pernas finas* e *ter um bom colchão*. Dessa forma, o leitor se obriga a procurar um segundo sentido e, então, surge o riso, que é uma espécie de aplauso por ele, o leitor, ter conseguido descobrir qual o significado por trás desse enunciado.

Para tanto, é preciso encontrar a argumentação externa da expressão *pernas finas*. Imagine-se uma situação em que X diz para Y *you have thin legs*. As continuações possíveis seriam:

you have thin legs DC *you have thin legs*; ou
you have thin legs PT *you have a beautiful leg*.

Foram selecionadas essas argumentações externas de *pernas finas* pela relação fônica com *colchão*. Dessa forma, compreende-se que está na significação de *pernas finas* que a pessoa também tem *coxas finas* e, portanto, não apresenta nada de incomum. Ou que, ao contrário do que se pudesse imaginar, tem *belas coxas*.

Na piada do Texto Fonte 2, o humor surge da relação que se faz entre palavras que têm relação de homofonia, ou seja, a relação entre duas ou mais palavras, ou expressões, que, apesar de possuírem significados diferentes, possuem estrutura fonológica semelhante. É o caso da relação entre as palavras *colchão* e *coxão*. Essas palavras não têm a mesma grafia, porém, na fala, as duas se assemelham, principalmente pelo fato de que o falante brasileiro reduz o som do /l/ da palavra *colchão* para a semivogal [w].

São dois os problemas a serem solucionados para a tradução. O primeiro é a relação parte do corpo humano x parte da cama, estabelecida pelo uso polissêmico da palavra *pernas* (que pode ser tanto parte do corpo humano como parte da cama) e pela homonímia existente

entre *colchão* e *coxão* (novamente traçando um paralelo entre o corpo humano e a cama). E o segundo é a própria relação de homonímia, que faz com que a piada tenha graça.

b) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

A sugestão de tradução a que chegamos é:

L1 What did the floor say to the bed?

L2 You've got thin legs, but a nice "MATTRASS".

Em inglês, a palavra *legs* também é usada para parte do corpo ou estrutura da cama. Assim, o encadeamento argumentativo *having thin legs* PT *having a nice mattress* pode ser evocado sem grandes problemas e, então, resolve-se a questão de ambiguidade da palavra *pernas* também em inglês. Assim como em português, esse encadeamento não traz nenhum sentido, uma vez que não se consegue estabelecer relação argumentativa entre *thin legs* e *nice mattress*. O tradutor, então, deve, assim como o leitor do Texto Fonte 2, buscar uma nova significação para conseguir transpor a graça da piada para a LC.

Dessa forma, em busca de equivalências, ainda há a relação entre *colchão/coxão* para ser resolvida. Em inglês, a palavra *mattress* não tem nenhuma relação, nem sonora, nem gráfica, com qualquer parte do corpo humano, como o par em português tem. Para solucionar esse problema, e chegar ao objetivo final da piada, optamos por trocar o *e* pelo *a* na palavra *matrEss*, transformando-a em *mattrAss*. Com essa pequena mudança, manteve-se o som da palavra e acrescentou-se a ambiguidade com relação a uma parte do corpo humano, já que a palavra *ass* tem como tradução *bunda*.

Neste caso, também foi possível avaliar se a tradução pode ser considerada boa, se atingiu o objetivo final que é o riso, a partir do aspecto argumentativo THIN LEGS PT NICE MATRASS, que é o mesmo aspecto em português, PERNAS FINAS PT BELO COLCHÃO. Esse aspecto argumentativo, tanto em português como em inglês, denota o uso ambíguo da palavra *colchão*, por meio do trocadilho sonoro, referindo-se, ao mesmo tempo, a uma parte da cama e do corpo. Para garantir que o leitor perceba a modificação, ASS está em negrito.

Pode-se alegar que não houve mudança na grafia da palavra na piada em português e isso acontece, pura e simplesmente, porque há uma relação sonora entre *colchão* e *coxão*, que

possibilita o humor. Em inglês, não seria possível manter a graça da piada caso se decidisse por uma tradução literal, que não optasse pela troca das letras, responsável pela equivalência de sentido e de função. Para resolver o problema de tradução e alcançar o objetivo final de seu texto fonte, o tradutor usa de artifício, porque não de criatividade, linguisticamente motivado, através da troca das letras e da marcação em negrito, que vai exigir um olhar mais atento do leitor.

Texto Fonte 3

L1 Conheço uma fiscal da prefeitura que é de fechar o comércio.

a) Análise argumentativa do TF 3 e descrição do caso

Para construir o sentido argumentativo do Texto Fonte 3, é preciso seguir a orientação argumentativa de *fiscal de prefeitura de fechar o comércio* que poderia, à primeira vista, conduzir à AE expressa no encadeamento *fiscal de prefeitura que é de fechar o comércio DC ser rigorosa, DC ter cuidado com ela*. A esses encadeamentos, é possível associar os seguintes aspectos:

TER PROFISSÃO X DC FAZER X

TER PROFISSÃO X PT NEG FAZER X

Trata-se de aspectos que dão sentido para qualquer profissão, pois fazem referência às suas atribuições. No caso do fiscal de prefeitura, uma de suas tarefas é fechar comércios quando necessário, ser rigoroso com relação ao cumprimento de normas por parte do comerciante. Dessa forma, a partir dos encadeamentos evocados anteriormente e dos aspectos, pode-se construir o aspecto argumentativo TER A PROFISSÃO DE FISCAL DE PREFEITURA DC FECHAR COMÉRCIO, que apresenta uma argumentação externa da profissão *fiscal de prefeitura*, pois faz parte de sua significação, como uma de suas atribuições. Ainda, seria possível evocar o aspecto TER PROFISSÃO DE FISCAL DE PREFEITURA PT NEG FECHAR O COMÉRCIO, englobando aqueles fiscais que mesmo havendo necessidade, não cumprem sua função.

Entretanto, como a expressão *de fechar o comércio* é polissêmica, um segundo sentido

poderia ser construído a partir do encadeamento *ser fiscal de prefeitura de fechar o comércio DC ser atraente*. É possível justificar esse segundo sentido a partir da AI de *fechar o comércio* que, metaforicamente, indica que uma pessoa de fechar o comércio atrai todas as atenções para si, para o trânsito, todos param para ver passar. Os aspectos evocados são:

SER BELA DC ATRAIR TODAS AS ATENÇÕES

SER BELA DC TODOS PARAREM PARA OLHAR

Considerando, então, essas possibilidades de sentido argumentativo, é possível evocar o encadeamento *ser bela DC ser de fechar o comércio*, que apresenta uma argumentação externa à esquerda para a expressão *de fechar o comércio*.

Dessa forma, a dificuldade que o tradutor encontra para traduzir a piada em questão, está na relação entre uma profissão e uma de suas atribuições em contraposição ao uso metafórico e polissêmico da atribuição, no caso *fechar o comércio*, que caracteriza, também, uma pessoa bonita, atraente.

b) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

A tradução que sugerimos é a seguinte:

I know a death row guard who's dressed to kill.

Para essa tradução, o trajeto iniciou-se com a busca por uma expressão idiomática em inglês que fosse usada para caracterizar uma pessoa muito bonita, atraente. O site Learn English Today apresenta uma extensa tabela de termos e expressões idiomáticas que falam sobre beleza e aparência. No entanto, a lista vai diminuindo na medida em que se delimitam as possibilidades a uma expressão que possa criar duplo sentido com a atribuição de alguma profissão, pautada na análise argumentativa efetuada no ponto anterior. Entre as várias possibilidades, uma se aproximou mais da mensagem do Texto Fonte 3.

De acordo com o site, pode-se utilizar a expressão idiomática *to be dressed to kill* para descrever alguém que está chamando muita atenção, de forma positiva, pelas roupas que está usando. Em outras palavras, descreve que a pessoa está muito bonita. Dessa forma, encontra-se o primeiro encadeamento, *to be dressed to kill DC to be pretty*. Assim como em

português, esse encadeamento descreve uma argumentação externa porque se encontra na descrição de *be dressed to kill* a qualidade de ser *pretty* (bela). Resolve-se, assim, o primeiro problema, pois essa solução cumpre equivalência dinâmica em relação ao encadeamento *ser bela DC ser de fechar o comércio*. Observe-se que, ainda que o tradutor tivesse que recorrer a um dicionário idiomático para encontrar um termo adequado, é a análise argumentativa que delimita a melhor dentre todas as opções.

O segundo problema, como mencionado anteriormente, é o que dá a graça do enunciado humorístico. Trata-se da relação ambígua entre a profissão x a atribuição do trabalho x a bela aparência. Tendo encontrado uma parte da ambiguidade, que é a expressão *to be dressed to kill*, resta agora encontrar uma profissão que se encaixe nesse termo, que tenha essa atribuição de matar e que é o caso de um agente penitenciário que trabalha em prisões que fazem uso da pena de morte. O funcionário em questão tem a atribuição de aplicar a injeção letal ou mesmo de ligar a cadeira elétrica para dar a pena ao condenado. A tradução mais adequada para esse tipo de profissional é *death row guard*. O encadeamento argumentativo que se tira da explicação anterior é *she is a death row guard DC she kills a convict in the death row*. Daí se depreende a argumentação externa DEATH ROW GUARD DC KILL A CONVICT. Aqui também se alcança equivalência dinâmica com relação ao texto original, pois, como no Texto Fonte 3, se estabelece uma relação argumentativa entre uma profissão e sua atribuição.

A tradução, portanto, chega ao seu objetivo final, pois consegue manter a equivalência de sentido na medida em que preserva a ambiguidade entre os termos que significam profissão x atribuição x bela aparência e também quando transpõe o conteúdo absurdo do texto humorístico, mantendo sua função. Note-se que, assim como nos textos anteriores, o riso é provocado pela substituição de um sentido argumentativo pelo outro, isto é, quando o leitor entende que não se trata da atribuição profissional, mas sim da aparência.

Texto Fonte 4

L1 It's hard to see sexism if you are adDICKted to stereotypes.

- a) Análise argumentativa do TF 4 e descrição do caso

O enunciado humorístico apresentado no Texto Fonte 4 possibilita evocar o

seguinte encadeamento argumentativo: *addicted to stereotypes DC hard to see sexism*. Deste, pode-se depreender que o machismo (*sexism*) não é tão visível quando se está muito preso a estereótipos. Evoca-se, então, o seguinte par de aspectos argumentativos recíprocos, cuja relação, conforme explica Ducrot (2005), estabelece o contrário do que foi dito por um dos aspectos.

- 1) BE ADDICTED TO STEREOTYPES DC Neg-SEE SEXISM
- 2) Neg-BE ADDICTED TO STEREOTYPES DC SEE SEXISM

Em 1) tem-se argumentação interna para machista, pois depreende-se que o machista se prende a estereótipos e o faz sem pensar que se trata de machismo, ou seja, não enxerga o machismo ali. Já em 2) trata-se de argumentação interna de uma pessoa não-machista porque não se importa com estereótipos. Não é possível dizer que 2) defina uma pessoa feminista porque feminismo não é o oposto de machismo. Entretanto, ao analisar esse enunciado, a pergunta que surge é: que estereótipos são esses?

O enunciado humorístico em questão apresenta a palavra *addicted* (viciado, dependente) mesclada à palavra DICK (gíria, em inglês, para a palavra *pênis*), que foi grafada em caixa alta para chamar atenção do leitor para a transformação proposital da grafia da palavra original. A adição de DICK em *addicted* gera uma relação de homonímia, pois, apesar da transformação gráfica (adicionando-se um K), o som permanece o mesmo. No entanto, o sentido de *addicted* e adDICKted são diferentes. Quando o leitor identifica a palavra adicionada, ele entende que não se trata apenas da primeira significação, evocada pelos aspectos argumentativos 1) e 2) acima citados, ou seja, dependente de, apegado a estereótipos. A palavra adDICKted é um trocadilho que chama atenção para os estereótipos especificamente de gênero, do tipo o que é ser homem ou mulher, qual o papel do homem e da mulher, o que é brinquedo de menino e de menina, entre outros.

O segundo sentido, então, atrelado à nova palavra formada, é o ponto de vista absurdo colocado pelo locutor e tem relação com o fato de que o machismo é uma tendência social que coloca o gênero masculino em posição superior ao gênero feminino e, portanto, propaga uma cultura falocêntrica. Se não houvesse essa transformação na palavra, não haveria conteúdo absurdo e, dessa forma, o enunciado não seria humorístico, dentro da concepção de humor dada por Ducrot (1990). O que se quer dizer com a adição de DICK em *addicted* é que existem sim estereótipos e que eles estão condicionados ao

gênero masculino, ou seja, são estereótipos machistas. Dessa forma, ainda que não se tenha significado dicionarizado para adDICKted, o sentido argumentativo que auxilia o locutor a colocar o conteúdo absurdo no enunciado pode ser depreendido do aspecto ADDICKTED DC ADDICTED TO SEXIST STEREOTYPES.

O tradutor encontra, então, a dificuldade de traduzir adDICKted de modo que se mantenha a relação de homonímia e os sentidos entrelaçados permaneçam. Ou seja, é preciso que se transponha de uma língua para a outra a questão de *estar preso a, ser viciado em estereótipos* e que os estereótipos em questão sejam especificamente de gênero.

b) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

É difícil ver o machismo se você está emPAUcado em estereótipos.

A sugestão de tradução por nós encontrada seguiu o mesmo trajeto de análise para evocar os sentidos argumentativos da palavra *addicted* e seu neologismo homônimo. Considerando apenas o primeiro sentido, ou seja, o de estar viciado ou preso a qualquer estereótipo, encontra-se o seguinte encadeamento argumentativo *difícil ver machismo DC viciado em estereótipos*. Os aspectos em português também são uma tradução literal dos encontrados na análise:

- 3) SER VICIADO EM ESTEREÓTIPOS DC Neg-VÊ MACHISMO
- 4) Neg-SER VICIADO EM ESTEREÓTIPOS DC VÊ MACHISMO

Entretanto, do mesmo modo que a análise conclui que a palavra *addicted* passa a ter dois significados a partir da adição do K em adDICKted, também na tradução esse duplo sentido precisa estar presente, em forma de homonímia. A partir da análise, o tradutor percebe que a palavra *viciado* só preenche um dos sentidos argumentativos, evocado pelos aspectos 1), da análise, e 3) da tradução. Para que ela também evocasse o segundo sentido, seria preciso que se incluísse algum termo em português que remetesse ao *pênis, falo*, para corroborar com o sentido argumentativo procedente do aspecto ADDICKTED DC ADDICTED TO SEXIST STEREOTYPES.

Optou-se, então, pelo uso da palavra *empacado* com a adição do U para formar a palavra PAU, que é uma gíria em português para *pênis*. Ainda que a palavra sugerida não

signifique necessariamente *viciado*, ela tem em sua significação a ideia de estar preso, de não conseguir avançar. Argumentativamente, ela preenche o primeiro sentido, a partir dos aspectos:

- 5) ESTAR EMPACADO EM ESTEREÓTIPOS DC Neg-VÊ MACHISMO
- 6) Neg- ESTAR EMPACADO EM ESTEREÓTIPOS DC VÊ MACHISMO

E também preenche o segundo sentido, quando se transforma em emPAUCado, pois evoca o seguinte aspecto EMPAUCADO DC PRESO A ESTEREÓTIPO MACHISTA.

Na tradução, também foi possível brincar com as palavras para colocar em evidência o problema de uma sociedade viciada em estereótipos de gênero e que nega a existência do machismo, mantendo-se, assim, equivalência de sentido e de *skopo*.

Texto Fonte 5

L1 When the cannibal showed up late to lunch, they gave him the cold shoulder.

- a) Análise argumentativa do TF 5 e descrição do caso

No enunciado humorístico retratado no Texto Fonte 5, é possível observar um caso de polissemia com a expressão *they gave him the cold shoulder*. O primeiro possível sentido proveniente dessa relação de polissemia pode ser depreendido do seguinte encadeamento argumentativo:

- 1) *They gave him the cold shoulder* DC *the cannibal ate it/ it was the leftovers*

Como se trata de um canibal, o leitor desse enunciado humorístico tem uma primeira impressão de que ele tenha recebido sua parte da refeição e que esta estava fria. Numa tradução literal, a refeição consistia de um ombro. No entanto, a expressão *They gave him the cold shoulder* também carrega em si um significado único que pode ser depreendido pelo encadeamento:

2) *They gave him the cold shoulder* DC *they ignored him*

A partir deste encadeamento, chega-se ao segundo sentido que denota que a família ficou enraivecida com o atraso do canibal e o ignorou. Esse encadeamento é evocado a partir da própria significação da expressão *They gave him the cold shoulder*. O que pode também ser expresso no aspecto TO GIVE X THE COLD SHOULDER DC IGNORE X, argumentação externa da expressão *to give someone the cold shoulder*.

Diferentemente das relações de homonímia, que a princípio a sentido parece ser um, mas a graça está em ser outro, o enunciado humorístico em questão traz em si uma expressão polissêmica ambígua. Ou seja, pode ser tanto uma coisa como a outra e o humor se encontra justamente em não saber se o canibal ganhou um ombro frio para comer, ou se foi ignorado pela família. Dessa forma, o desafio que se coloca para o tradutor é o de encontrar uma expressão que tenha duplo sentido argumentativo, denotando, ao mesmo tempo, tanto uma parte do corpo para ser servida ao canibal que chegou atrasado, quanto o ato de ignorá-lo pelo atraso.

b) Sugestão de tradução com base na ADL/TBS

Quando o canibal chegou tarde para o almoço, eles lhe deram as costas.

A tradução que sugerimos faz um raciocínio de trás para frente com relação ao feito na análise do TF5. Primeiramente, foi preciso procurar uma expressão em língua portuguesa que tivesse os dois sentidos argumentativos expostos anteriormente. Apenas a tradução literal da expressão não seria suficiente, uma vez que caso se traduzisse por *ignorar*, o conteúdo absurdo, que gera o humor segundo Ducrot (1990), se perderia.

Com a expressão *dar as costas a alguém* é possível reproduzir os encadeamentos argumentativos analisados no ponto anterior. Com o encadeamento *eles lhe deram as costas* DC *o canibal a comeu/ foi o que sobrou*, mantêm-se a ideia de que ao chegar atrasado só sobrou a parte das costas para que ele comesse. Pode-se alegar que uma tradução literal da expressão em inglês traria a palavra frio (*cold*) como mais um elemento para indicar o quão atrasado o canibal estava, ou ainda que foi só um ombro frio que sobrou pra ele comer. No entanto, a ideia central é de que restou uma parte da refeição do canibal, portanto, uma parte do corpo humano, para que ele comesse. Dizer se estava fria

ou não, não traz grandes problemas para o primeiro sentido argumentativo encontrado nessa expressão polissêmica.

Da mesma forma, a expressão em língua portuguesa escolhida para a tradução se encaixa no segundo encadeamento, *eles lhe deram as costas DC o ignoraram*. O aspecto que se pode evocar, então, é DAR AS COSTAS PARA X DC IGNORAR X, novamente, reproduzindo a argumentação externa da expressão, justamente como foi feito na análise e descrição do caso.

Mais uma vez, a sugestão de tradução surgiu da análise argumentativa feita com o TF em língua estrangeira. A partir dos resultados obtidos, foi possível procurar a melhor expressão para manter a equivalência de sentido do enunciado humorístico da LF para a LM. Além de manter o humor no enunciado, preservou a ambiguidade, inclusive de forma que se preservasse o questionamento de qual dos dois sentidos é o que se quer enunciar: dar a refeição para o canibal ou ignorá-lo.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS TRADUÇÕES

Em todos os exemplos de enunciados humorísticos analisados nesta dissertação, houve a necessidade de se pensar meticulosamente quais as melhores opções para solucionar os problemas de tradução configurados pela presença de homonímia e polissemia. Para tanto, teve fundamental importância o procedimento de análise semântica, inspirado em Ducrot e Carel (2005), por meio da configuração de encadeamentos argumentativos, e também a busca por *equivalência dinâmica* e *equivalência funcional*, respeitando-se o papel do tradutor.

Ducrot (1990) atribui aos enunciados humorísticos três condições: eles devem colocar um ponto de vista que seja considerado absurdo. Este, por sua vez, não pode ser atribuído ao locutor (ou autor). Além disso, o locutor não deve expressar nenhum ponto de vista contrário ao absurdo. Nos enunciados humorísticos do *corpus* desta pesquisa, o ponto de vista absurdo era colocado em forma de polissemia ou de homonímia, sendo que o riso surgia, quando o interlocutor fazia a substituição de um sentido argumentativo pelo outro. Dessa forma, durante as traduções, buscou-se manter o ponto de vista absurdo, para que o humor, ou estranhamento, estivesse presente e se cumprisse a equivalência funcional.

No quesito linguístico, no que tange à equivalência dinâmica, ou seja, à transposição da mensagem original (NIDA & TABER, 1982), todos os enunciados humorísticos traduzidos atingiram essa meta. Numa breve retomada do conceito de equivalência dinâmica, Nida (1964; 1982) defende que a tradução deve transpor o equivalente mais natural, mais próximo, da mensagem da língua de partida para a mensagem da língua de chegada. Tal transposição deve se dar em termos de significação, em primeiro lugar. No caso dos enunciados humorísticos escolhidos para o *corpus*, a análise argumentativa por meio da evocação de encadeamentos revelou os possíveis sentidos a serem apreendidos das expressões polissêmicas e, conseqüentemente, qual a melhor tradução, ou seja, aquela que conseguisse manter a mensagem, em termos de sentido, de uma língua para outra.

Quando se pensa em “transposição de mensagem”, no sentido colocado por Nida (1964; 1982), não se pode almejar, na grande maioria dos casos, uma tradução literal, pelo simples fato de que as línguas não são sistemas que se encaixam perfeitamente. Considerando essa dificuldade, é possível afirmar que as mensagens dos enunciados humorísticos originais foram passadas com sucesso, mesmo que não se fizesse uma tradução literal para a maioria deles. O que acontece é que, após fazer a análise argumentativa, chegava-se à conclusão de que havia dois sentidos, resultantes da utilização de homonímia ou polissemia, e que, caso se

optasse por uma tradução literal, um dos sentidos se perdia e, portanto, a função do texto se perdia também. Quer dizer, ao se optar por uma tradução literal, não se conseguia transpor a questão do duplo sentido, resultante das expressões polissêmicas. A exceção foi o TF1 que apresentava a homonímia perfeita *all right*, podendo significar tanto TODO DIREITO quanto TUDO BEM. A tradução literal, ou seja, TODO/TUDO DIREITO, é que possibilitou manter o duplo sentido da mensagem e, conseqüentemente, a função de causar riso.

O caso do TF3, por sua vez, já demonstra que não houve possibilidade alguma de fazer uma tradução literal. A tradutora conseguiu manter a equivalência de sentido, na medida em que preservou a ambigüidade entre os termos que significavam profissão x atribuição x bela aparência (“Conheço uma fiscal de prefeitura que é de fechar o comércio”), assim como conseguiu transpor o conteúdo absurdo do texto humorístico, mantendo sua função. Não havia possibilidade de traduzir *fiscal de prefeitura* literalmente porque, em inglês, não há relação entre essa profissão, suas atribuições e aparência física. Foi por meio da análise argumentativa que se chegou a essa conclusão e, portanto, foi a partir dela que se buscaram termos que pudessem se encaixar na relação de ambigüidade estabelecida, chegando-se a *to be dressed to kill* e *death row guard* (respectivamente, “vestido para matar” e “guarda do corredor da morte”). O TF5 segue esse mesmo procedimento, na medida em que também não se utilizou de uma tradução literal para a expressão *give someone the cold shoulder*. Além disso, foi a análise argumentativa que permitiu tanto evocar os dois sentidos possíveis para a expressão acima quanto afunilar a busca por uma expressão que compreendesse a polissemia.

Os TF2 e TF4 apresentaram mudanças na grafia em suas traduções, criando até mesmo neologismos, para que a orientação argumentativa, que estabeleceu o sentido da mensagem e também a função do enunciado, fosse a mesma na tradução. Para o primeiro, a alteração gráfica aconteceu na tradução. Optou-se pela grafia *matrass* (neologismo) ao invés de *matress* (colchão), porque, em inglês, o humor não seria mantido, caso se usasse a segunda palavra. Já no TF4, a transformação gráfica ocorre no texto original e também na tradução. A partir da análise argumentativa, é possível concluir que a palavra *addicted* passa a ter dois significados com a adição do K (*adDICKted*). Na tradução, esse duplo sentido precisa estar presente, também como uma homonímia. Optou-se pela palavra *empacado*, com a adição do U para formar a palavra PAU (gíria em português para *pênis*). Ainda que a palavra sugerida não seja uma tradução literal para *addicted*, ela tem em sua significação a ideia de estar preso, de não conseguir avançar. Argumentativamente, ela preenche os dois sentidos evocados. Essa opção de troca, para os dois exemplos, ainda que resulte em neologismos, é responsável pelo sucesso

de transposição da mensagem, de uma língua para a outra, e pela preservação da função do original, mas também aponta para a existência de um tradutor que tomou uma decisão, linguisticamente motivado.

Ao refletir sobre as escolhas linguísticas da tradutora, motivada pelas análises argumentativas dos sentidos, é possível perceber que o método é eficaz na tradução de textos humorísticos com problemas de polissemia e homonímia, pois possibilitou a tradução de todos os exemplos, mantendo-se seu objetivo final que é o riso, ou estranhamento do conteúdo absurdo, tendo sua mensagem transposta, de uma língua para a outra, e impedindo que o agente do processo tradutório fosse invisibilizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traduzir ou verter textos não é uma tarefa fácil. É possível elencar vários fatores que dificultam o fazer tradutório, como, por exemplo, incompatibilidades culturais, linguísticas e até mesmo problemas de interpretação. Com vistas a buscar métodos e formas de facilitar o ofício do tradutor e chegar a melhores resultados, mais e mais estudos têm surgido desde que o primeiro texto foi traduzido, há milênios. Entretanto, os vários métodos e abordagens criados focalizam aspectos isolados da tradução e, por isso, não se chegou a um consenso sobre a melhor forma de transpor mensagens de uma língua para a outra. Baseada nisso, essa pesquisa buscou apresentar uma possível estratégia para solucionar problemas de tradução de textos humorísticos causados pela presença de polissemia e homonímia, numa tentativa de contribuir para a tradutologia.

Afunilar o tipo de *corpus* para esta pesquisa foi importante porque, primeiramente, não se pretendeu tentar solucionar todos os problemas de tradução que possam existir. Em segundo lugar, sabe-se que tanto a homonímia quanto a polissemia configuram grandes obstáculos a uma tradução perfeita. De acordo com Genouvrier & Peytard (1973), a polissemia surge, quando uma única palavra ou expressão tem vários significados, e a homonímia, por sua vez, quando as palavras têm forma fônica e/ou gráfica semelhante e, pelo menos, dois significados. Dessa forma, o uso de homonímia ou polissemia em situação de humor é muito peculiar de cada língua e, portanto, ainda considerando possíveis incompatibilidades culturais e linguísticas, torna-se um problema para o tradutor.

Para, então, pensar uma nova estratégia que ajudasse o tradutor a fazer escolhas de tradução de enunciados humorísticos que possuam polissemia ou homonímia, fez-se um diálogo entre as noções de equivalência, de *skopos* e de qual é o papel do tradutor frente a esse processo. Escolheram-se essas abordagens que se apresentam contrárias umas às outras, pois há em cada uma delas aspectos positivos que podem se complementar, ao surgir uma situação em que somente o uso do dicionário seria insuficiente, ou seja, uma tradução literal. No entanto, a partir do estudo, percebeu-se que apenas as abordagens existentes da teoria da tradução não seriam suficientes uma vez que, como mencionado anteriormente, a falta de compatibilidade cultural e, até mesmo, linguística, pode acarretar grandes dificuldades para o tradutor, levando-se em consideração que seu papel é o de ser fiel ao conteúdo e à função do texto que traduz. Para, então, auxiliar o tradutor em suas escolhas na busca por equivalência de sentido e função, conhecimentos da ADL/TBS

foram aplicados, já que se trata de uma teoria da semântica que define que o sentido pode ser apreendido a partir da conformação de encadeamentos argumentativos, além de demonstrar a importância do valor linguístico das palavras e como sua significação provém das possíveis continuações que elas podem ter.

No primeiro capítulo foram debatidas teorias da tradução com foco na equivalência, no *skopo* e no papel do tradutor, chegando-se a conclusões acerca dos pontos positivos que cada uma delas oferece e que podem ser utilizados concomitantemente em busca de melhores estratégias de tradução. A noção de equivalência, por exemplo, aparece na abordagem linguística quando Nida (1964; 1982) defende que entre texto de partida e texto de chegada se tenha o mesmo sentido e que as reações de seus respectivos leitores também sejam semelhantes, a chamada *equivalência dinâmica*. O conceito de *skopo*, por sua vez, surge com Reiss & Vermeer (1996) e define que o objetivo da tradução impõe métodos e estratégias a serem utilizados pelo tradutor em busca de um texto, em língua meta, adequado em termos de sua função. Ou seja, diferentemente da noção de equivalência que tem foco na mensagem, a noção de *skopo* tem foco na função do texto a ser traduzido. E, por fim, o papel do tradutor que converge com as duas outras noções no sentido de que sua importância nesse processo deve ser valorizada e não assombrada pelo fantasma da invisibilidade do tradutor como prova de uma boa tradução. Ele é o agente desse processo e deve ser criativo, tem de ter conhecimento adequado das línguas e culturas envolvidas, para interpretar a mensagem do original, estabelecer sua função e, por fim, traduzir.

No segundo capítulo, abordou-se a ADL/TBS, seus fundamentos e fases. Escolheu-se essa teoria semântica porque, embora as noções abordadas pelas teorias da tradução se mostrassem importantes para nortear o processo tradutório, houve necessidade de um modelo de análise do texto fonte em busca do sentido argumentativo global e que fosse uma referência linguística para que o tradutor pudesse escolher a melhor estratégia de tradução, visando à equivalência de sentido e/ou de função. A ADL/TBS postula que o sentido está na própria língua e que a unidade semântica básica é o encadeamento argumentativo, formado por dois segmentos ligados por DC (*donc*) ou PT (*pourtant*). Os encadeamentos parafraseiam as entidades linguísticas e é possível apreender o sentido delas pelas continuações possíveis a partir dos conectores DC e PT.

Com a análise e sugestão de tradução do *corpus* foi possível colocar em prática o que, até então, era apenas um diálogo entre noções da teoria da tradução e da ADL/TBS. Foram analisados e traduzidos cinco enunciados humorísticos, sendo três deles em inglês e

dois em português. Para definir enunciado humorístico, optou-se pela definição dada por Ducrot (1990), segundo a qual é preciso preencher três condições para haver humor, como mencionado anteriormente. Dessa forma, os cinco textos fonte que compuseram o *corpus* não são necessariamente piadas, mas todos apresentam um conteúdo absurdo que faz com que o leitor tenha uma primeira interpretação, porém é com a segunda que vem o riso, mais como uma forma de se parabenizar por ter desvendado o “mistério polissêmico” colocado ali.

Para fazer a análise, seguiu-se o procedimento proposto por Barbisan et al (2010). Primeiramente, dividiu-se o enunciado humorístico em trechos, segundo critério de que sua leitura pudesse evocar um encadeamento argumentativo em DC ou PT. Após a leitura dos enunciados de cada trecho, identificaram-se os encadeamentos evocados pelas relações linguísticas e discursivas. Então, associou-se a cada encadeamento o aspecto do bloco nele expresso. Como o *corpus* era formado por enunciados humorísticos que continham relações de polissemia e homonímia, ficou claro que era preciso estabelecer quais eram os dois sentidos expressos, em forma de encadeamento.

As sugestões de tradução, portanto, utilizaram o conhecimento prévio que a tradutora tinha das duas línguas e sua criatividade, mas se apoiou, principalmente, no suporte linguístico que a ADL/TBS fornece, pois se tentou construir aspectos argumentativos na língua de chegada que fossem equivalentes aos conformados na análise do enunciado na língua de partida. Com a análise argumentativa feita previamente, as possibilidades de palavras ou expressões foram sendo limitadas em busca de equivalência de sentido e também de função, podendo-se até mesmo cunhar um novo termo: *equivalência argumentativa*. Os cinco enunciados humorísticos comprovam que é possível aliar a ADL/TBS às noções de equivalência e *skopo*, sem que para isso a figura do profissional tradutor tenha de ser invisível, em referência ao termo invisibilidade do tradutor, segundo o qual, para que uma tradução seja considerada muito boa, o tradutor deve se fazer presente o menos possível (RODRIGUES, 2000; ARROJO, 1992).

Este estudo não está acabado, porém. Entende-se que, por ser um procedimento relativamente demorado, não poderia ser utilizado, por exemplo, em situações de tradução simultânea. No entanto, pode-se pesquisar a possibilidade de empregá-lo como forma de verificar se uma tradução escrita foi adequada. Ainda, é preciso um estudo aprofundado para que se encontrem cada vez mais formas de facilitar o trabalho do tradutor e também para estabelecer se a TBS pode ser utilizada na resolução de outros problemas de tradução

em outros gêneros textuais. Por fim, é importante colocar que estudos como este são importantes para abrir mais o leque de possibilidades para facilitar o trabalho do tradutor, no sentido de que ele possa transitar entre línguas e culturas com mais propriedade, amparado linguisticamente e sem ter que se tornar invisível para ser reconhecido como um bom profissional.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução: A Teoria na Prática*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- BAKER, Mona. *In other words: A Coursebook on Translation*. London: Routledge, 1999.
- BARBISAN, L. B.; GOUVÊA, L. H. M. ET AL. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Quadros (2010). *Linguística de texto e Análise da conversação*. São Paulo: Cortez. (171-224)
- BASSNETT, Susan. *Estudos de tradução, fundamentos de uma disciplina*. Tradução Viviana de Pádua Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BRISOLARA, Valéria Silveira. The translator as an author. *Nonada Letras em Revista*. Porto Alegre, ano 14, n. 16, p. 105 – 123, 2011.
- CAMPOS, Geir. *Como fazer tradução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Edição realizada por María Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CATFORD, J. C., *Uma teoria lingüística da tradução*. Tradução Centro de Especialização de Tradutores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- _____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.40, n 1, p. 9-21, março de 2005.
- _____. La Sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de. *Nouveaux regards sur Saussure: mélanges offerts à René Amacker*. Genève: Droz, 2006.
- DUCROT, Oswald; SCHAEFFER, Jean-Marie. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- GENOUVRIER, Emile; PEYTARD, Jean. *Linguística e ensino do português*. Tradução Rodolfo Ilari. Coimbra: Liv. Almedina, 1973.
- GENTZLER, Edwin. *Teorias contemporâneas da tradução*. Tradução Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.
- GRAEFF, Telisa Furlanetto. Produção do humor: um descompasso na constituição do bloco semântico. *Desenredo*, Revista do PPGL da UPF, Passo Fundo, v. 3, nº. 2, p. 193-201, jul./dez. 2007.

_____. A conexão entre enunciados no texto com base na semântica argumentativa. *Desenredo*, Revista do PPGL da UPF, Passo Fundo, v. 8, n.º. 2, p. 197-208, jul./dez. 2012.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: EDUSP, 2002.

LEARN ENGLISH TODAY. Dicionário de Expressões Idiomáticas em Inglês. Disponível em <<http://www.learn-english-today.com/idioms/idiom-categories/beauty/beauty-appearance.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas de Les problèmes théoriques de la traduction, Paris 1963. São Paulo: Cultrix, 1975.

NIDA, Eugene A. *Toward a science of translating*. Leiden: E.J. Brill, 1964.

_____. *Language, culture and translating*. Shang-hai: Foreign Language Press, 1993.

NIDA, E. A.; TABER, C. R. *The theory and practice of translation*. 2. ed. Leiden, The Netherlands: E.J. Brill, 1982.

NORD, Christiane. *Text Analysis in Translation*. Tradução Christiane Nord e Penelope Sparrow. Amsterdam/Atlanta, GA: Rodopi, 1991.

_____. *Functionalist Approaches Explained*. Manchester, UK: St. Jerome Publishing, 1997.

REISS, Katharina e VERMEER, Hans J. *Fundamentos para uma teoria funcional de La traducción*. Tradução do Alemão Sandra Garcia e Celia Martín de León. Tübingen: Akal Ediciones, 1996.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Tradução: teorias e contrastes. In: *Alfa: Revista de Linguística*. São Paulo, n. 34, p. 121-128, 1990.

_____. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROSAS, Marta. *Tradução de humor: transcriando piadas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. London: Routledge, 2000. 524p.